



Centro universitário de Brasília – UniCeub
Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais
Aplicadas - FATECS

GUILHERME LOPES RAMALHO

O DISCURSO DA MÍDIA SOBRE A INTERVENÇÃO MILITAR

**Uma análise da cobertura jornalística dos protestos do dia 15 de março de
2015 sob a perspectiva dos movimentos contrários à democracia**

Brasília

2015

GUILHERME LOPES RAMALHO

O DISCURSO DA MÍDIA SOBRE A INTERVENÇÃO MILITAR

Uma análise da cobertura jornalística dos protestos do dia 15 de março de 2015 sob a perspectiva dos movimentos contrários à democracia

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de bacharelado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, da Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Luiz Claudio Ferreira

Brasília

2015

GUILHERME LOPES RAMALHO

O DISCURSO DA MÍDIA SOBRE A INTERVENÇÃO MILITAR

Uma análise da cobertura jornalística dos protestos do dia 15 de março de 2015 sob a perspectiva dos movimentos contrários à democracia

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de bacharelado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, da Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Luiz Claudio Ferreira

Brasília, novembro de 2015.

Banca examinadora:

Prof. Luiz Claudio Ferreira
Orientador

Profa. Carolina Assunção
Examinadora

Prof. Vivaldo Sousa
Examinador

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais por todo amor, dedicação e apoio que me deram durante toda minha vida. À minha mãe, Zineide, por ser uma mulher extraordinária, pelos seus ensinamentos, pelas noites que passou sem dormir por minha causa, pelas broncas, pela amizade e confiança que tem na minha pessoa. Ao meu pai, Geraldo, por ser um exemplo de caráter, por nunca ter medido esforços para me ajudar e por todo empenho e sacrifício que fez para me proporcionar uma vida de qualidade. Agradeço também ao meu irmão, Eduardo, por todas as brincadeiras, brigas, gargalhadas, choros, conversas e confissões que tornaram nossa relação ao longo dos anos uma amizade de valor inestimável.

Sou muito grato aos meus familiares, meus avós, tios, tias, primos, primas e afilhados por se preocuparem e estarem presentes nos bons momentos e naqueles não tão bons assim. É um privilégio estar com vocês e obrigado por me lembrarem sempre da importância de uma família unida. Meu amor por vocês é incondicional!

Não posso deixar de agradecer também àqueles a quem escolhi para dividir momentos de felicidade, tristeza, tranquilidade, conhecimento e amor.

Agradeço aos meus amigos (as) de faculdade, Ana Beatriz, Érica, Tanara, Sheylla e Lucas. Certamente essa trajetória não teria sido a mesma sem a presença fantástica de cada um de vocês. Sentirei saudade das nossas apresentações de trabalhos, das discussões em sala, do cinema que nunca acontecia, dos encontros e desencontros nos corredores, das nossas saídas e do apoio que sempre dávamos uns aos outros. Foi um prazer conhecê-los e espero levar essa amizade para o resto da vida.

Sou grato também àqueles que, independentemente do tempo em que estão na minha vida, fazem uma enorme diferença nos meus dias. Igor, Amanda, Pedro, Luana e Murilo, muito obrigado por tantos momentos inesquecíveis compartilhados e por não deixarem que nem o tempo, nem a distância apague o sentimento de amizade que temos. Quero agradecer ao Zack e ao Renato pela alegria contagiante, pelas horas de descontração, pelas mensagens e ligações de apoio quando precisei e por sempre se mostrarem dispostos a me ajudar neste trabalho. E

um enorme agradecimento ao William, que acompanhou de perto meu desempenho, minhas alegrias, inseguranças, frustrações e conquistas durante todo o processo do TCC. Muito obrigado pela paciência, pelos conselhos, por ser como uma válvula de escape nos momentos de estresse, por ser uma ótima companhia e uma pessoa maravilhosa.

Reservo um agradecimento especial a todos os professores que fizeram parte da minha formação acadêmica. O protagonismo de cada um de vocês nessa jornada possibilitou o acúmulo de conhecimentos que certamente contribuíram para que eu me tornasse um bom profissional e, mais que isso, um ser humano melhor.

Não poderia esquecer de mencionar que não teria chegado a essa etapa sem a ajuda ilustre do meu professor, orientador, mestre e amigo Luiz Claudio. Sou muito grato por partilhar seus ensinamentos, por se mostrar sempre à disposição e por espalhar essa energia contagiante que inspira a qualquer pessoa. Muito obrigado por ser esse profissional incrível. É um privilégio ter aprendido com você.

E por fim, mas não menos importante, agradeço imensamente a Deus por ser a base de absolutamente tudo na minha vida e por permitir que tudo isso seja possível.

“Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova.”

Mahatma Gandhi

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a cobertura dos sites de notícia brasileiros de mídia online a respeito dos pedidos de intervenção militar em meio as manifestações sociais ocorridas em 15 de março de 2015. A partir dos objetos avaliados – reportagens de cobertura nacional e do Distrito Federal publicadas pelos sites G1, Uol e Folha de S. Paulo – buscou-se avaliar como a imprensa tratou o tema “intervenção militar” em meio ao Estado Democrático. A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho é a análise de discurso. Como base teórica, esta pesquisa fala sobre o papel do jornalismo na sociedade, como se dá o processo de produção de notícias e como ele adapta aos meios online e discorre sobre a importância do conhecimento político para elaboração de um bom material informativo. Com a análise foi permitido observar que apenas 1/3 das reportagens avaliadas apresentam a Constituição Brasileira como fonte que contrapõe a ideia de intervenção militar.

Palavras-chave: Jornalismo On-line. Intervenção Militar. Análise de Discurso. Manifestações Sociais.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. RESPONSABILIDADE SOCIAL DO JORNALISMO	13
3. NEWSMAKING E GATEKEEPER	18
4. JORNALISMO ONLINE	23
4.1 PIRÂMIDE INVERTIDA.....	25
4.2 GATEWATCHING.....	26
4.3 INTERNET COMO FERRAMENTA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	29
5. JORNALISMO POLÍTICO	32
6. METODOLOGIA	37
6.1 PROCEDIMENTOS.....	40
7. ANÁLISE E RESULTADOS	43
7.1 LEITURA COMPARADA DAS REPORTAGENS DE CADA PORTAL	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

1. INTRODUÇÃO

15 de março de 2015, data que marca os 30 anos da redemocratização do Brasil. Nesse mesmo dia, milhares de brasileiros caminharam pelas ruas de diversas cidades do país manifestando suas insatisfações com o governo, mais especificamente com o Partido dos Trabalhadores e com a presidente Dilma Rousseff, reeleita em 26 de outubro de 2014 com 51,64% dos votos, segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral. No entanto, entre os cartazes e placas com as mais variadas reclamações, surgiram grupos de pessoas reivindicando a chamada “intervenção militar constitucional”.

A manifestação social do dia 15 foi destaque nos noticiários da TV, em sites da internet, nas páginas de jornais e revistas. Este estudo tem por objetivo analisar o discurso de matérias veiculadas online sobre o evento, sobretudo no que diz respeito aos protestos pró-ditadura militar, para avaliar como a imprensa tratou o tema em meio ao Estado Democrático.

Entre os objetivos específicos, estão o intuito de explorar como as reportagens abordaram as manifestações que reivindicaram a intervenção dos militares; comparar as coberturas jornalísticas - identificando as características de cada uma - realizadas pelos veículos analisados; e verificar se houve contextualização nas matérias acerca da ditadura.

Foram escolhidas para análise as reportagens publicadas online. No entanto, existe muito material jornalístico na internet relacionado aos eventos do dia 15, tornando praticamente impossível verificar cada um deles somente para esta pesquisa. Logo, para ser feito um recorte mais preciso desse assunto, serão analisadas duas reportagens – uma de cobertura nacional e outra do Distrito Federal – dos seguintes portais de notícia: G1, Uol e Folha de S. Paulo. Esses portais foram selecionados devido a elevada posição no ranking de sites de notícia mais acessados no Brasil, de acordo com a Companhia Alexa Internet Inc.

O motivo pelo qual foi escolhido pesquisar reportagens divulgadas na internet está no fato de o jornalismo online contar com espaço infinito para publicação de conteúdo, o que torna um ambiente propício para possibilidade de melhor contextualização das notícias.

Além disso, o meio online proporciona ao jornalismo recursos que outros meios de comunicação não oferecem, como possibilidade de implementação de hiperlinks no corpo da matéria, utilização de recursos multimídia (fotos, vídeos, áudios, infográficos), uso de hiperlinks e estruturas textuais que permitem que o leitor "construa" a própria leitura da notícia.

Justificativa

Os protestos do dia 15 representaram um momento de agitação no Brasil, tanto no contexto social, onde milhares de pessoas foram às ruas se manifestar; como no contexto midiático, instrumento utilizado para mobilizar, informar e conscientizar a população.

Como premissa, o estudo seria desenvolvido pela vontade de investigar mais a fundo como foram as abordagens e o discurso das coberturas jornalísticas das manifestações sociais do dia 15 de março de 2015. Entretanto, ao identificar alguns segmentos da sociedade propondo a volta da ditadura, despertou-se um interesse ainda maior em estudar como a mídia se portou diante desses acontecimentos.

O regime militar brasileiro (1964 – 1985) representou uma época de grande repressão, principalmente dos meios de comunicação, que jamais deveriam dissentir com ações e políticas do governo, pois caso contrário, seriam duramente censurados, conforme previa o Ato Institucional nº 5 (decretado em 1968). Após a instauração do regime, iniciou-se um período de sérias restrições às liberdades de imprensa e de expressão, a censura impedia a publicação de reportagens, entrevistas, documentos e materiais que pudessem prejudicar, o que as autoridades chamavam de “segurança nacional” e “ordem pública”.

Com tamanha repressão, a atividade jornalística foi diretamente afetada de forma negativa e, conseqüentemente, o direito de a sociedade informar e ser informada com independência foi violado, ferindo gravemente o que fora estabelecido no artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, este direito implica a liberdade de manter as suas próprias opiniões sem interferência e de procurar, receber e difundir informações e ideias por qualquer meio de expressão independentemente das fronteiras. (Declaração Universal Dos Direitos Humanos. Em:

<http://www.humanrights.com/pt/what-are-human-rights/universal-declaration-of-human-rights/articles-11-20.html>)

Com o passar do tempo, o cenário se transformou. E ainda assim, mesmo com apenas 30 anos da redemocratização, brasileiros desfilaram nas avenidas com cartazes – alguns até em carros de som – exigindo a volta dos militares, em contraponto a democracia e ao governo eleito em 2014.

A partir desses episódios, surgiram alguns questionamentos que motivaram a realização deste estudo, tais como: “qual é o discurso proferido pela mídia diante dos protestos em relação à intervenção militar? ”; “de que forma as matérias abordaram o assunto? ”; “como os veículos aproveitaram o ambiente online para explorar suas matérias ”; “seria o jornalista um agente social responsável pela formação de uma consciência coletiva sobre o contexto histórico político do país? ”.

Divisão

Este trabalho apresenta seis capítulos, sendo organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo discorre sobre a “responsabilidade social do jornalismo”, e traz reflexões sobre o papel do jornalista na sociedade, como membro transformador, e a importância desses profissionais como atores fundamentais no processo de conscientização sobre os contextos político e social do país.

O segundo capítulo refere-se às teorias “Newsmaking e Gatekeeping”, que abordam os processos de produção da notícia jornalística e do papel do jornalista na divulgação de uma matéria.

O terceiro capítulo, “Jornalismo online”, traz um breve histórico do surgimento da internet e seu impacto na produção jornalística. São abordadas as características do webjornalismo, assim como o modelo de técnica de redação proposto por Canavilhas (2006). O capítulo recupera os conceitos de gatekeeping, expostos no capítulo anterior, e discute como eles têm se adequando aos novos contextos que surgiram após o advento da internet.

Em “O que é jornalismo político”, o trabalho aborda os conceitos básicos sobre esse viés dentro do jornalismo. Nesse capítulo também é descrita a importância de uma boa execução do jornalismo político para auxiliar na contextualização da situação política do país.

O quinto capítulo consiste na descrição do método aplicado durante a pesquisa, a análise de discurso. Essa teoria será a base utilizada para a elaboração da etapa analítica deste estudo.

O sexto capítulo consiste na análise propriamente dita das matérias veiculadas online que noticiaram as manifestações do dia 15 de março de 2015. E, em seguida, as conclusões e considerações finais da análise feita a respeito dos objetos selecionados para a pesquisa.

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL DO JORNALISMO

Para melhor compreender a função e importância do jornalismo na sociedade, é interessante contextualizar historicamente o desenvolvimento dessa profissão. Hudec (1981) conta que os primeiros periódicos no formato de jornal surgiram em diversos países – especialmente na Europa - de forma quase simultânea por volta dos séculos XVI e XVII.

Mas é importante lembrar que, antes mesmo da publicação dos primeiros jornais, a humanidade já buscava meios de obter informações sobre os acontecimentos. Kovach e Rosentiel (2003) consideram que os relatos orais podem ser uma espécie de “pré-jornalismo”. A dupla relembra desde o jornalismo oral – apoiado na democracia ateniense –, no mercado de Atenas, até os cafés de Londres, no século XVII, especializados em informações específicas. Pena acrescenta que “além da passagem de uma cultura oral para a escrita, é a invenção dos tipos impressos que vai possibilitar o advento do jornalismo moderno.” (PENA, 2008, p.25).

Kovack e Rosentiel (2003) ressaltam que as mais diversas sociedades - desde tribos isoladas até as grandes civilizações - tinham uma mesma noção básica dos valores de uma notícia e que isso permaneceu constante ao longo da história. Os autores explicam que essa consistência se deve ao fato da notícia satisfazer uma espécie de impulso básico do ser humano, que eles denominam “Instinto de Percepção”. “As pessoas têm uma necessidade intrínseca – um instinto, digamos – de saber o que acontece além de sua própria experiência direta.” (KOVACH E ROSENTIEL, 2003, p.17).

Mas voltando ao surgimento dos primeiros periódicos, Hudec (1981) lembra que no início os jornais - produzidos e veiculados pela burguesia em ascensão - eram constituídos de pequenas compilações de notícias e tinham a finalidade de fornecer informações sobre eventos (como catástrofes naturais, epidemias etc.) que

pudessem impactar na produção, na acumulação de capital e nos negócios. Segundo o autor, o objetivo dessas notícias era auxiliar os diversos produtores e comerciantes a se orientarem de forma mais correta em relação às futuras tendências da produção e comercialização de mercadorias de toda sorte.

Temas relacionados a política também eram retratados, porém em menor escala, pois esse era um assunto de difícil acesso e perigoso para os editores publicarem. Naquele tempo, de acordo com Hudec (1981), a publicação de qualquer material impresso – os jornais, principalmente – estava condicionada ao controle do Estado e da Igreja, que impunham determinadas condições que o editor deveria respeitar. A não obediência a essas regras resultava em punições severas.

Isso prova que, já no início do jornalismo, as classes feudais dominantes tinham plena consciência da sua influência ideológica e política junto do público, da sua importância como arma nos conflitos sociais (HUDEC, 1981, p.16).

No entanto, em decorrência das diversas limitações empreendedoras que a burguesia sofria por conta das imposições feitas pelo sistema feudal, criou-se a necessidade de não mais utilizar-se dos periódicos para informar basicamente sobre problemas econômicos, mas para intensificarem a luta no campo político, contra aristocracia vigente. E para alcançar o poder político, a burguesia “tinha a necessidade de criar um meio de informação e influência social de massas eficiente e contínuo que a ajudasse a ganhar apoio entre as mais vastas camadas de potenciais aliados.” (HUDEC, 1981, p.21).

Hudec ressalta que nesse momento surgiu a diferenciação entre “informação pública” e “informação confidencial não pública”:

Uma nova expressão surgiu: “opinião pública”, em contraste com “opinião não pública”. Pontos de vista formulados em círculos fechados das classes feudais dominantes eram considerados como opinião não pública, ao passo que a opinião pública englobava os pontos de vista progressistas de todos aqueles que então se esforçavam por quebrar e liquidar a desigualdade anacrônica e de casta que caracterizava o sistema dos estados sociais. (HUDEC, 1981, p.17)

Lage (1998) conta que com a produção em larga escala dos primeiros jornais, o Estado e a Igreja – ao perceberem que não podiam conter o avanço da prática jornalística – resolveram lançar seus próprios jornais, com assuntos que interessavam a aristocracia, em uma tentativa frustrada de combater os ideais da burguesia ascendente.

Foram anos e anos de intensa luta política, em que a informação parecia como tema da análise dos publicistas, da denúncia dos panfletários, de puxa-saquismo dos escritores cortesões (LAGE, 1998, p.11)

Analisando os processos históricos, é possível perceber uma conexão clara entre os movimentos revolucionários da burguesia e o rápido desenvolvimento do jornalismo. Hudec (1981) explica que com o advento do novo modelo de produção capitalista, fez-se necessária uma nova organização da vida social nos contextos econômicos, políticos e culturais.

E foi precisamente o jornalismo que, refletindo e influenciando toda a vida das nações, se tornou um instrumento indispensável de apoio destes processos revolucionários que tinham um crescente impacto diário sobre as massas. (HUDEC, 1981, p.22)

E mesmo diante dessa tão breve recapitulação da história do jornalismo, Hudec reforça que esse fenômeno não existe fora de um contexto histórico e sem vínculo com a sociedade. Para ele, o jornalismo “não pode ser independente em relação à sociedade, não pode ser descomprometido com os problemas sociais atuais” (HUDEC, 1981, p.35), pois caso contrário perderia sua essência e deixaria de ter sua função.

Kovach e Rosentiel (2003, p.31) ainda acrescentam que “a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar”. Tal afirmação demonstra a importância que o jornalismo exerce na sociedade, pois, através dele, as pessoas podem obter acesso a informações sobre variados assuntos e construir, com base nelas, suas opiniões e senso crítico.

Tudo isso, é claro, dentro de uma sociedade com governo democrático, em que o jornalismo tem como papel fundamental informar o público sem censura - de acordo com a teoria democrática. Traquina (2012) explica essa teoria que diz que o jornalismo deve cumprir um duplo papel na sociedade, exercendo uma liberdade positiva e outra negativa. A primeira consistiria em “fornecer aos cidadãos as informações necessárias para o desempenho de suas responsabilidades cívicas, tornando central o conceito de serviço público como parte da identidade jornalística” (TRAQUINA, 2012, p.50); já a segunda serviria para “vigiar o poder político e proteger os cidadãos dos eventuais abusos dos governantes” (TRAQUINA, 2012, p.50).

Isso implica que em estados absolutistas e regimes autoritários é praticamente impossível exercer a atividade jornalística em sua plenitude. Pena (2008), em referência aos autores Kovach e Rosentiel (2003), reforça que “quanto mais democrática uma sociedade, maior é a tendência para dispor de mais notícias e informações”.

Em se tratando de alguns aspectos característicos do próprio jornalismo, Hudec (1981) aponta que o principal deles é:

A atualidade, a relação e a orientação para os problemas, fatos, fenômenos, questões e ideias do dia, e também o relacionamento dos acontecimentos históricos (por exemplo, aniversários) com o presente. (HUDEC, 1981, p.38)

É interessante pensar que o jornalismo não deve se preocupar apenas com o presente, com a atualidade, pois essa é construída à base do passado e todo um contexto histórico-social. Apesar de ser necessário divulgar novos acontecimentos, é importante que o profissional de jornalismo esteja sempre atento às conjunturas dos fatos - tanto atuais, quanto históricos - para que ele possa apresentar uma informação mais completa e contextualizada para o cidadão. Barbosa (2006) descreve sobre uma das características fundamentais do jornalismo, que é a construção da memória, para assim estabelecer pontes entre o passado, presente e futuro:

A memória é parte essencial do trabalho jornalístico, porque através dela, o profissional seleciona constantemente elementos para construir a história do passado e fixar o que deve ser lembrado no futuro (BARBOSA, 2006, p.108)

Para ter-se uma noção da abrangência e relevância do jornalismo na vida dos indivíduos, Rodriguez, citado por Erbolato (1982, p.38), ressalta que “cada pessoa deve à comunicação 85% de sua informação e conhecimentos e dedica a ela 75% de seu tempo, além de trabalhar, comer e dormir”. Esses dados revelam o quão inseridos estão os meios de comunicação no cotidiano das pessoas, principalmente após o advento da era digital, que proporcionou acesso mais rápido a uma maior diversidade de informações.

E ao se pensar na definição de jornalismo, é natural que se considerem as transformações que a função passou ao decorrer dos séculos. Porém, apesar do jornalismo sofrer mudanças constantes - devido à evolução tecnológica, que

proporciona mudanças de plataformas das notícias, além do emprego de novas formas e técnicas na produção de informação – Kovach e Rosentiel (2003, p.30) asseguram que seus princípios e finalidade “são definidos por alguma coisa mais elementar – a função exercida pelas notícias na vida das pessoas”.

Partindo desse pressuposto, é possível concluir que a função do jornalismo na sociedade independe da plataforma em que ele irá operar. O que realmente importa é o teor das notícias e como elas se relacionarão com a vida social das pessoas. Hudec (1981), exprime suas considerações sobre o papel social do jornalismo no cotidiano.

O jornalismo orienta socialmente esse público [diferenciado], formula e exprime suas diferentes opiniões, atitudes e ações sociais, as suas concepções do mundo, dá uma ideia dos múltiplos fenômenos, processos e tendências contemporâneas em toda a sua complexidade, das leis que determinam a função e o desenvolvimento da vida econômica, sociopolítica, intelectual e ideológica da sociedade. (HUDEC, 1981, p.37)

Em vista disso, o jornalista exerce função de grande importância na sociedade ao permitir, através do exercício de sua profissão, que os cidadãos possam se inteirar dos mais diversos assuntos e, então, tomarem suas próprias decisões acerca dos temas abordados pelas notícias. Por isso se faz tão necessário que o profissional de jornalismo consiga transmitir as informações dos assuntos tratados com qualidade.

3. NEWSMAKING E GATEKEEPER

Gaye Tuchman, citada por Pena (2008), diz que um dos objetivos principais da atividade jornalística é fornecer relatos de acontecimentos significativos e interessantes. No entanto, ressalta que apesar de aparente simplicidade, essa atividade é extremamente complexa, visto que é necessário estabelecer “um conjunto de critérios, operações e instrumentos para escolher entre inúmeros fatos uma quantidade limitada de notícias” (PENA, 2008, p.130).

De acordo com a autora, é a partir dessa sistematização, que vai da consideração de critérios - como noticiabilidade, por exemplo -, passando pelas rotinas de produção, até a parte final do trabalho - que é a publicação -, que se caracteriza a teoria do Newsmaking. Ou seja, ela está diretamente relacionada ao processo de produção de notícias.

Pena lembra que, por ter uma perspectiva construtivista, a teoria do Newsmaking rejeita a teoria do espelho. Contudo “isso não significa considerar as notícias fictícias, sem correspondência com a realidade exterior” (PENA, 2008, p.130). Vale lembrar que a teoria do espelho tem por base a ideia de que o jornalismo reflete a realidade, como se a imprensa apresentasse um reflexo real dos acontecimentos, assim como um espelho reflete a imagem posta à sua frente. “Ou seja, as notícias são do jeito que as conhecemos porque a realidade assim as determina” (Idem, p.125).

De acordo com essa teoria, o jornalista deveria se entregar à objetividade, sendo apenas um observador e relator fiel dos acontecimentos. Todavia, Tuchman, citada por Pena, explica que, sob a perspectiva da teoria do Newsmaking, há todo um processo de produção da notícia, que é planejado como uma rotina industrial. Portanto, “embora o jornalista seja participante ativo na construção da realidade, não há uma autonomia incondicional em sua prática profissional, mas sim a submissão a um planejamento produtivo.” (PENA, 2008, p.129).

Segundo Tuchman (1977), devido à enorme quantidade de fatos e eventos que acontecem, as empresas jornalísticas precisam cumprir três obrigações - que estão relacionadas entre si - para poderem produzir notícias. Esses deveres são: tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido como acontecimento notável;

elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham a pretensão de dar a cada fato um tratamento idiossincrático; e organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de uma forma simplificada.

Partindo desse pressuposto, a teoria do Newsmaking se opõe a teoria do espelho justamente por admitir que por mais que o jornalista procure transmitir a realidade dos fatos, ele jamais conseguirá reproduzir uma “cópia” dos acontecimentos. Isso porque existem outros fatores nas rotinas produtivas que irão interferir e determinar o que será publicado. Os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia são exemplos disso.

Wolf (1987) explica que o Newsmaking se articula dentro dos limites da cultura profissional dos jornalistas e da organização do trabalho e dos processos produtivos. E, segundo ele, esses limites definem quais características os acontecimentos devem ter para serem transformados em notícias.

A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura de trabalho dos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem a existência pública de notícias. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é “excluído”, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional (WOLF, 1987, p.170)

Isso implica que, para tornar possível o exercício do jornalismo diante da imprevisibilidade e quantidade de fatos, os órgãos de informação precisam estabelecer uma série de critérios, instrumentos e operações para poderem definir quais acontecimentos devem se tornar notícias. Tuchman, citado por Wolf, diz que “sem uma certa rotina de que podem servir-se para fazer frente aos fatos imprevistos, as organizações jornalísticas, como empresas racionais, falhariam” (TUCHMAN, 1973, p.160).

No entanto, com uma infinidade de acontecimentos ocorrendo a todo momento, quais deles são suficientemente interessantes, significativos e relevantes para se tornarem notícias? Essa pergunta serve para definir o que são chamados de valores-notícia. Eles, por sua vez, são classificados por Wolf (1987) “como um componente da noticiabilidade”. Ele ressalta que, na prática, os valores-notícia são

critérios de relevância presentes em todo o processo de produção, não se resumindo apenas à seleção das notícias.

Golding e Elliott (1979) definem que os valores-notícia são “critérios de elementos dignos de serem incluídos no produto final, desde o material disponível até a redação”. Os autores acrescentam que os valores-notícia – que estão presentes nas interações cotidianas dos jornalistas, formando uma espécie de “senso comum das redações” - servem como um guia dos procedimentos de preparação do material, sugerindo o que deve ser omitido, realçado e o que deve ser priorizado na notícia que será veiculada.

A decisão e escolha de notícias, no entanto, pode ser realizada rapidamente. Segundo Gans (1979), os critérios precisam ser fáceis e de rápida aplicação, pois além de otimizar o tempo de seleção, essa simplicidade do raciocínio evita demais incertezas do jornalista quanto ao fato de ter ou não efetuado uma escolha de notícia apropriada. São processos que ajudam a pôr ordem no espaço e no tempo, além de diminuir os efeitos da imprevisibilidade. O autor ainda aponta que os critérios devem ser flexíveis, relacionáveis e comparáveis, para que eles possam se adaptar à infinidade de acontecimentos e se atentar ao fato de que a oportunidade de uma notícia depende sempre das outras igualmente disponíveis.

Os critérios são orientados para a eficiência, de forma a garantirem o necessário reabastecimento de notícias adequadas, com o mínimo dispêndio de tempo, esforço e dinheiro. O resultado é um vasto número de critérios e cada notícia pode ser avaliada com base em muitos deles, alguns opondo entre si (GANS, 1979, p.82).

De acordo com Pena (2008), esses critérios poderiam refutar alguns argumentos conspiratórios, como o paradigma da “manipulação da notícia”. Isso porque as imposições da produção jornalística teriam mais importância e superariam as preferências pessoais do jornalista no momento de filtragem das notícias. Mas isso não significa que não há possíveis manipulações sob o paradigma produtivo – que se caracteriza como uma espécie de “distorção inconsciente” que está atrelada às rotinas de produção e cultura jornalística. Embora a manipulação das notícias, quando analisada sob o paradigma produtivo, seja “inconsciente”, isso não exclui a possibilidade da existência de fatores extrajornalísticos e de pressões externas que podem agir sobre os profissionais de jornalismo.

Nesse sentido, não é possível encarar os pressupostos de “rotinização” do trabalho, do processo de produção e da cultura jornalística como pontualmente deterministas. Eles não são módulos uniformes e imutáveis. Há espaços de manobra para os jornalistas e eles estão localizados na interação com os agentes sociais. (PENA, 2008, p.132)

Gans, citado por Wolf (1987), acrescenta que há um consenso entre os jornalistas em relação aos critérios e, sobretudo, existe ainda uma organização hierárquica onde aqueles que possuem mais poder dentro da organização poderão impor sua opinião acerca dos critérios relevantes para uma determinada notícia.

E em se tratando de tomadas de decisões para veicular uma notícia, Traquina (2012) lembra que a primeira teoria que surgiu na literatura acadêmica sobre o jornalismo foi a teoria do *gatekeeper*, que se refere basicamente à pessoa que tem o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia.

Nesta teoria, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, “portões” que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é, o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não (TRAQUINA, 2012, p.150)

O autor explica que David Manning White foi o primeiro a aplicar o conceito do *gatekeeper* ao jornalismo em 1950 – o termo foi originalmente criado pelo psicólogo social Kurt Lewin em 1947. O estudo de White se baseia na pesquisa sobre atividade de um jornalista, com 25 anos de experiência profissional, que anotou os motivos que o levaram a rejeitar as notícias que não usou durante uma semana.

De acordo com Traquina, White chegou à conclusão de que o processo de seleção é subjetivo, arbitrário e dependente de juízos de valor baseados no conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*. As justificativas para as recusas da maior parte das notícias se relacionavam à falta de espaço para publicação, por apresentarem pouca importância, ao fato de serem repetidas ou não estarem de acordo com os interesses do jornal.

No entanto, estudos posteriores refutaram as colocações de White e concluíram que apesar do profissional ter o poder de escolha, “o fator predominante sobre o trabalho jornalístico era o peso da estrutura burocrática da organização e não as avaliações pessoais do jornalista” (TRAQUINA, 2012, p.152)

Traquina (2012) acrescenta que a teoria do gatekeeper “analisa as notícias apenas a partir de quem as produz: o jornalista” (TRAQUINA, 2012, p.151). Para ele, pensar apenas do ponto de vista do indivíduo, faz com que se priorize apenas uma visão microssociológica, excluindo qualquer outro fator externo, macrossociológico. “É, assim, uma teoria que se situa ao nível da pessoa jornalista, individualizando uma função que tem uma dimensão burocrática inserida numa organização” (TRAQUINA, 2012, p.151).

Tendo por base essas teorias, chega-se a conclusão de que é praticamente impossível uma notícia ser construída unicamente pela seleção do jornalista. Até porque, existe toda uma série de critérios jornalísticos e normas institucionais a serem seguidos a fim de auxiliar o jornalista na produção da notícia.

No entanto, é preciso considerar que embora esses fatores externos sejam deterministas no que diz respeito ao que será relatado, muitas vezes é o profissional de jornalismo que define como a notícia será contada.

4. JORNALISMO ONLINE

Proporcionado pelas transformações tecnológicas, o advento da internet marca o que Santaella (2004) e outros autores chamam de “era da comunicação digital”, que é caracterizada pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. Com tais avanços, os meios de comunicação passaram a se incorporar também nos espaços *on-line* para serem utilizados como novas plataformas de publicação.

Leitão (2011) conta que a internet foi criada em 1969, por meio de pesquisas realizadas por militares durante a Guerra Fria. A rede passou a ser utilizada por acadêmicos americanos, nas décadas de 1970 e 1980 do século XX, para estudos na área de segurança e defesa. Mas somente na década seguinte, com o surgimento da World Wide Web (WWW), que a internet passou a ser distribuída para a população.

Mielniczuk (2001) acrescenta que apesar da rede ter sido utilizada anteriormente para divulgação de informações - embora para um público mais específico e por meio da distribuição de e-mails e outros recursos semelhantes -, a Internet passa a ser empregada para atender finalidades jornalísticas somente com sua utilização comercial no início dos anos 1990, com o desenvolvimento da Web.

Dessa forma, pode-se dizer que o jornalismo encontrou uma nova ferramenta - a Web - que possibilitou a instantaneidade na publicação da informação. “Os sites de notícias passaram a surgir, e jornais impressos ganharam versões online para acesso direto. Além destes, as revistas passaram a ver a internet como um amplo espaço para expandir informações” (LEITÃO, 2011, p.17). Ferrari (2004) acrescenta que no Brasil os primeiros sites de conteúdo jornalístico começaram a surgir em 1995, tendo como pioneiros os grandes conglomerados de comunicação do país, como organizações Globo, grupo Estado, grupo Folha e a Editora Abril.

Ao analisar o desenvolvimento do jornalismo na Web, Mielniczuk (2001) conta que é possível identificar três fases distintas: a primeira, chamada de transposição ou reprodução; a segunda, denominada metáfora; e a terceira, classificada como Webjornalismo.

A autora explica que a primeira fase corresponde - como o próprio nome diz - ao ato de transposição de algumas importantes matérias ou editoriais de grandes jornais impressos para as páginas online. Já na segunda fase, metáfora, embora o produto jornalístico online ainda estivesse muito ligado ao modelo impresso, havia tentativas de exploração das características de conectividade e multimídia oferecidas pela web, como uso de links; e-mails, para comunicação entre jornalistas e leitores; e matérias feitas com recursos de multimídia e hipertexto.

Mas somente quando começaram iniciativas – empresariais e editoriais - que desenvolveram sites jornalísticos que iam além de uma simples “cópia” para Web de um jornal impresso, é que se iniciou a terceira fase, chamada pela autora de webjornalismo. Os portais, como conta Mielniczuk (2001), passaram a aproveitar melhor as potencialidades oferecidas pela rede.

Este terceiro, e atual, momento também corresponde a um estágio mais avançado de toda uma estrutura técnica relativa às redes telemáticas e aos microcomputadores pessoais, permitindo a transmissão mais rápida de sons e imagens. (MIELNICZUK, 2001, p.3)

Bardoel e Deuze (2000), citados por Mielniczuk, apresentaram quatro elementos que caracterizam o estágio atual do webjornalismo, que são: interatividade, customização de conteúdo, hipertextualidade e multimídia. Palacios (1999) acrescenta mais uma característica: Memória. E, posteriormente, considerou também a Instantaneidade do Acesso - que possibilita a atualização contínua do material informativo - como um elemento característico do webjornalismo.

No entanto, Palacios (1999) argumenta que é preciso estabelecer uma premissa básica para evitar que se considere a internet um meio que se configura em oposição e em um movimento de superação dos meios de informação anteriores. Ele propõe um aprofundamento da compreensão teórica das Novas Tecnologias de Informação e levanta uma discussão que questiona se essas características do webjornalismo são de fato novidades ou se são extensões de características já existentes no jornal impresso, no rádio e na televisão.

Contudo, o autor ressalta que o mais importante é entender que, independentemente de serem aspectos novos ou não, é a combinação dessas características, potencializadas no suporte digital, que configura a especificidade e

ineditismo do jornalismo na web. Pode-se dizer que esses atributos do jornalismo online ampliaram as possibilidades da prática da profissão.

4.1 PIRÂMIDE INVERTIDA

Canavilhas (2006) explica que uma das principais técnicas de redação no jornalismo que passou a ser repensada graças às características da web é a pirâmide invertida. Vale ressaltar que essa é uma técnica na qual o repórter coloca as informações mais importantes no início da notícia e as menos importantes no final, criando assim uma espécie de roteiro de leitura. Segundo o autor, esses dados respondem às perguntas “O que, quem, quando, onde, como, e por quê”, seguidos de informações complementares que são organizadas em blocos de interesse decrescente.

Nas considerações de Canavilhas (2006), a técnica da pirâmide invertida está muito ligada a um jornalismo que é bastante limitado, devido às características da plataforma de publicação, o papel. Para ele, o uso dessa técnica na web “é cercear o webjornalismo de uma das suas potencialidades mais interessantes: a adoção de uma arquitetura noticiosa aberta e de livre navegação” (CANAVILHAS, 2006, p.7).

Segundo o autor, no ambiente virtual o espaço para publicação é praticamente infinito – o que anula a preocupação do jornalista em escrever uma notícia em um campo previamente delimitado – e oferece mais possibilidades, como o hipertexto, para construção de uma notícia, permitindo ao leitor definir o próprio percurso de leitura de acordo com interesses pessoais. Palacios (1999) enfatiza que a “quebra dos limites físicos”, com o advento da web, para disponibilização do material noticioso configura a maior ruptura em relação aos outros suportes mediáticos para o jornalismo.

Em vista disso, Canavilhas (2006), sugere que no webjornalismo o profissional pode proporcionar novos horizontes de leitura por meio de ligações entre textos e elementos multimídia organizados em camadas de informação.

Os autores Dias Noci e Salaverria (2003), citados por Canavilhas (2006), explicam que os meios online possuem uma flexibilidade que permite a organização das informações de acordo com as diversas estruturas hipertextuais. Eles explicam que essas estruturas podem ser lineares, reticulares ou mistas.

Conforme explicam Noci e Salaverria (2003), as estruturas hipertextuais lineares são as mais simples, em que os blocos de texto estão ligados através de um ou mais eixos. Isso implica que o leitor terá uma liberdade de navegação condicionada, visto que ele não poderá saltar de um eixo para o outro. Já na estrutura reticular não há eixos de desenvolvimento predefinidos. Essa estrutura permite ao usuário todas as possibilidades de leitura, pois trata-se de uma rede de textos de navegação livre. E por último, as estruturas mistas são aquelas que apresentam tanto níveis de estruturas do tipo linear como reticular.

Mas para o autor, “independentemente do tipo de estrutura hipertextual, o recurso a estas arquitecturas informativas implica um afastamento em relação à pirâmide invertida” (CANAVILHAS, 2006, p.11). E, em contrapartida, o autor propõe o uso do modelo de “pirâmide deitada” para o webjornalismo.

A estrutura da pirâmide deitada, segundo Canavilhas (2006), deve possuir quatro níveis de leitura: **a unidade base**, que corresponde ao *lead*, contendo as respostas das perguntas: o quê, quando, quem e onde. O **nível de explicação**, que complementa as informações essenciais sobre o acontecimento, respondendo às perguntas: por que e como. O **nível de contextualização**, em que são oferecidas mais informações sobre o assunto, porém em formatos textuais, de infografias animadas ou audiovisuais. E por fim, o **nível de exploração**, que liga a notícia a outros arquivos externos, uma vez que a web propicia espaço ilimitado e acesso aos conteúdos anteriormente publicados na internet.

O autor conclui que essa estrutura da pirâmide deitada exige um novo tipo de profissional de jornalismo.

Em suma, a pirâmide deitada é uma técnica libertadora para utilizadores, mas também para os jornalistas. Se o utilizador tem a possibilidade de navegar dentro da notícia, fazendo uma leitura pessoal, o jornalista tem ao seu dispor um conjunto de recursos estilísticos que, em conjunto com novos conteúdos multimédia, permitem reinventar o webjornalismo em cada nova notícia. (CANAVILHAS, 2006, p.16)

4.2 GATEWATCHING

Todas essas características do jornalismo na web reforçam o argumento de Weber (2010), que afirma que a internet trouxe mudanças irreversíveis para a

atividade jornalística, seja na maneira como as pessoas têm acesso à informação, seja na forma em que o conteúdo é publicado, e também nas relações entre jornalistas, organizações, público e fontes.

Diante dessas transformações práticas decorrentes das inovações tecnológicas, faz-se necessário repensar algumas das teorias do jornalismo (WEBER, 2010). Segundo a autora, uma das que mais carecem de reflexão e investigação nesse novo cenário é a teoria do gatekeeper, visto que a maioria das mudanças ocorridas influenciam diretamente o jornalista na maneira de selecionar uma notícia.

Agora, com uma maior possibilidade de os usuários terem acesso direto às fontes, poderem interagir mais com a notícia e até mesmo se tornarem produtores de informação, a função do jornalista como filtro do material informativo – papel do gatekeeper – fica comprometida (PINTO E SOUSA, 1998, *apud* WEBER, 2010).

O papel de selecionador, vigilante ou guarda-barreiras no sistema digital não recai exclusivamente na organização ou no jornalista. O usuário tem muitas mais possibilidades de recusar o filtro que exerce o profissional da informação, já que pode eleger suas próprias fontes. 7 (LÓPEZ et al, 2007, *apud* WEBER, 2010, p.9)

No entanto, Weber (2010) acrescenta que o papel do jornalista como gatekeeper pode ser adaptado ao virtual, visto que devido à grande quantidade de informações disponíveis na internet, os leitores não teriam nem tempo, nem formação adequada para filtrar as notícias mais críveis. A autora conclui que o filtro de informações na rede possa ser uma das funções atuais dos jornalistas na web. “Pode-se pensar na assinatura do profissional ou do veículo de comunicação como um selo de qualidade e credibilidade para a informação encontrada na rede” (WEBER, 2010, p.9)

A autora acrescenta que a inexistência de limitação de tempo e espaço nas redações online constitui outro fator que contesta a teoria do gatekeeper, pois na rede praticamente tudo pode ser publicado, ao contrário das mídias tradicionais, em que existem limites de espaço e tempo muito bem definidos.

Outro ponto considerado por Weber (2010) é o poder de decisão do que será publicado como notícia e como ela será lida. Na web, qualquer usuário pode se transformar em produtor de conteúdo, o que significa que notícias podem ser publicadas por pessoas que não necessariamente são jornalistas. Além disso, o usuário final tem a liberdade de escolher seus próprios percursos de leitura,

decidindo como e o que irá ler, sem necessariamente depender dos veículos tradicionais de mídia, agindo assim como seu próprio gatekeeper.

Perante esse cenário, Burns, citado por Weber, explica que o jornalista deixa então de atuar como o repórter que apenas busca os fatos – uma vez que qualquer pessoa pode cumprir esse papel - para agir como um profissional que procura coletar também o máximo de documentos e links externos para orientar os leitores dos assuntos com base em seus interesses. Sugere-se então, junto com o conceito de jornalismo colaborativo, uma nova definição onde os profissionais de jornalismo passam a ser *gatewatchers*:

Eles observam o material que está disponível e é interessante, e identificam as novas informações úteis com objetivo de canalizar este material para atualizar e estruturar notícias que possam apontar direções para conteúdos de relevância e outras partes do material selecionado 8 (BRUNS, 2005, *apud* WEBER, 2010, p.10)

A autora explica que a partir de então o jornalista passaria a ser um observador dos portões de saída - tanto dos veículos tradicionais, como dos não tradicionais -, rastreando informações de relevância assim que elas se tornassem disponíveis para orientar o leitor

A estrutura hipertextual da webnotícia vai favorecer o acesso do público às fontes primárias – por exemplo, em vez de resumir todos os pontos de um documento, o jornalista pode simplesmente disponibilizar um link para que o usuário acesse o documento completo/original (WEBER, 2010, p.11)

Em suas considerações, a autora conclui que o papel do jornalista como gatekeeper não desaparece, mas transforma-se para se adaptar as novas exigências. Ela ainda faz uma reflexão sobre a importância do trabalho do jornalista como um selecionador de informações.

Os jornalistas, como gestores da informação, precisam saber manipular os aparatos técnicos, construir uma base sólida como buscar, organizar e apresentar informação significativa e ainda saber lidar cada vez mais com um público exigente e vigilante (WEBER, 2010, p.14)

Isso porque em um meio onde há um excesso de conteúdos disponibilizados pelas mais diversas fontes, faz-se necessário o trabalho de um profissional que saiba selecionar, interpretar e certificar a credibilidade das informações divulgadas.

4.3 INTERNET COMO FERRAMENTA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Em junho de 2013, devido ao aumento da passagem de ônibus na cidade de São Paulo e demais capitais brasileiras, o Movimento Passe Livre, junto a outros grupos militantes, instigou milhares de cidadãos para irem às ruas manifestarem repúdio à decisão do governo. Nesse contexto, as redes sociais se tornaram uma poderosa ferramenta de articulação e convocação para os protestos. A massificação das manifestações provocou a revogação da elevação da tarifa em várias capitais, o que representou uma vitória para a população e demonstrou que os movimentos sociais continuam a ser alavancas da mudança social, conforme dito por Castells (2013).

No entanto, mesmo com a reivindicação central dessas manifestações tendo sido atendida, os protestos não acabaram e a população brasileira não saiu das ruas (nem da internet!). Diversas manifestações populares - a maioria delas convocadas por meio das redes sociais - eclodiram em várias cidades do país. Nesse momento, a pauta de reivindicações passou a ser mais difusa de insatisfações, o que levou o governo a adotar uma série de medidas para tentar atender os anseios da população. Dois anos depois, no dia 15 de março de 2015 - já no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, que venceu o candidato Aécio Neves em um segundo turno bastante disputado - milhares de brasileiros lotaram novamente as ruas do país expressando suas insatisfações contra o governo.

Segundo Castells (2013), ao provocar um processo de ação comunicativa que estimula a ação e mudanças coletivas, a emoção positiva de entusiasmo prevalece e reforça a mobilização societária intencional.

Indivíduos entusiasmados, conectados em rede, tendo superado o medo, transformam-se num ator coletivo consciente. Assim, a mudança social resulta da ação comunicativa que envolve a conexão entre redes de redes neurais dos cérebros humanos estimuladas por sinais de um ambiente comunicacional formado por redes de comunicação (CASTELLS, 2013, p.158)

A autocomunicação de massa, como definida pelo autor, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional e interativa na internet – incluindo aqui, principalmente, as plataformas de rede sem fio -, tem provocado grandes transformações organizacionais e tecnológicas na comunicação. “Esse é o novo contexto, no cerne da sociedade em rede como nova estrutura social, em que os

movimentos sociais do século XXI se constituem” (CASTELLS, 2013, p.158). É interessante pensar que essas tecnologias de comunicação não se restringem apenas a classes sociais com maior poder aquisitivo.

De acordo com estudo F/Radar, realizado em parceria entre a agência de publicidade F/Nazca S&S e o instituto de pesquisa Datafolha, consumidores pertencentes a classe C tiveram a possibilidade de adquirir produtos que proporcionam o acesso à internet, dando voz a pessoas que antes não podiam se expressar e inserindo-os, conseqüentemente, nos demais focos do “ativismo digital”. Segundo o estudo, o acesso à internet móvel está disponível para 87 milhões dos 107 milhões de brasileiros conectados - 53% do total de acessos, contra 26% há apenas dois anos. Com base nesses dados, pode-se presumir que o ativismo digital aumenta proporcionalmente e paralelamente ao crescimento da internet móvel.

Independente de como e por qual segmento da sociedade começa a surgir os movimentos sociais em rede, Castells (2013) afirma que eles apresentam diversas características em comum. Uma delas é a conexão desses movimentos, que é feita em redes de múltiplas formas e, embora a internet seja fundamental, o modo de conectar-se em rede é multimodal, ou seja, pode incluir redes sociais on-line, off-line, redes preexistentes e outras formadas durante as ações do movimento. Outra característica é o fato deles se constituírem como movimentos ao ocuparem espaços urbanos - apesar de despontarem nas redes sociais – sejam por ocupações permanentes em praças públicas ou constantes manifestações nas avenidas.

Outras duas características apresentadas pelo autor mostram que os movimentos sociais têm aspecto viral – o que segue a lógica das redes da internet - e são “amplamente espontâneos em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação, seja relacionada a um evento específico, seja a um acesso de aversão pelas ações dos governantes” (CASTELLS, 2013, p.162). Dessa forma, percebe-se que os eventos, brevemente descritos acima, que ocorreram no Brasil nos últimos anos exemplificam essas características apresentadas pelo autor. Castells (2013) lembra que os movimentos sociais:

Não nascem apenas da pobreza ou do desespero político. Exigem uma mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça gritante provoca, assim como pela esperança de uma possível mudança em função de exemplos de revoltas exitosas em

outras partes do mundo, cada qual inspirado a seguinte por meio de imagens e mensagens em rede pela internet (CASTELLS, 2013, p.159)

Assim, em meio a diversos acontecimentos políticos e sociológicos, que movimentaram tanto as ruas do país, quanto o tráfego nas redes sociais, emergem-se na internet incontáveis informações – verídicas ou não – sobre o que se passa no país e nos holofotes e bastidores da política brasileira. Em vista disso, as redes sociais se tornaram palco para debates, brigas, convocação para manifestações nas ruas e demais discussões provocadas pelo conteúdo de notícias veiculadas dentro e fora da web. E conforme dito pelos autores, o excesso de informações - incluindo também aquelas que não são divulgadas por profissionais de jornalismo - pode levar o público a uma maior desinformação, caso elas sejam descontextualizadas, mal interpretadas e, principalmente, se forem falsas ou apuradas de modo incorreto. Dessa maneira, o papel do jornalista se torna imprescindível ao atuar como um profissional que, em meio a tantos conteúdos, que possa selecionar, interpretar e divulgar informações confiáveis ao público.

5. JORNALISMO POLÍTICO

Para exercer a profissão de jornalista, pode-se dizer que é mais do que importante que o profissional, que lida constantemente com a coleta, seleção e divulgação de informações, tenha ao menos um conhecimento básico dos fatos e personagens históricos. Isso se torna ainda mais do que necessário quando se trata de jornalismo político, pois a especialização nessa área exige um saber mais plural, horizontal e multifacetado, o que implica obrigatoriamente conhecer a história do país (SEABRA, 2006).

Martins (2005) concorda que para o profissional que cobre política ter boas condições para avaliar a qualidade e veracidade do acontecimento político, antes de decidir pela sua divulgação, deve entender minimamente os fatos históricos do país. Mesmo que não tenha conhecimento pleno dos acontecimentos políticos nos mais de 500 anos de Brasil, o jornalista precisa ao menos compreender a história política recente da nação, partindo do processo de redemocratização e da Constituinte, passando pelos os governos militares e a luta contra a ditadura, retornando aos governos que antecederam o regime militar até a Era Vargas e a Revolução de 1930.

Lago (2006) acrescenta que, para apurar um fato jornalístico na política, não é necessário apenas conhecer o processo histórico do país, mas também ter a capacidade de realizar uma análise deste mesmo fato. “Em política, apuração e análise são elementos indissociáveis” (LAGO, 2006, p.143). Em uma comparação com jornalismo econômico, o autor explica que em política tudo é mais impreciso, ao contrário da economia, que é mais exata, técnica, formada por números e padrões que se repetem. No jornalismo político, o repórter precisa estar atento ao que é dito, pois muitas vezes a informação está nas entrelinhas. “Os fatos dependem mais dos seus atores, dos seus estilos, das suas convicções e das suas linhas de pensamento” (*ibdem*).

Martins (2005) explica que todo político defende seus interesses, sejam eles legítimos ou não. E a compreensão do que há efetivamente por trás dos discursos é fundamental na cobertura política, pois dessa forma é possível apreender o que de fato está em jogo em cada conflito; dimensionar a margem de manobra dos atores envolvidos e avaliar as possibilidades de entendimento entre eles; e compreender o

momento em que a disputa for finalizada, seja pela vitória de um dos lados ou por meio de um acordo entre as partes.

O autor acrescenta que o discurso de um político raramente condiz com os seus reais interesses. Os discursos são sempre amplos, plurais, buscando atingir um público mais abrangente do que aquele que se beneficiará diretamente com as propostas. Martins ressalta que não há nada de errado em camuflar o discurso dessa forma, pois isso faz parte do jogo político. Segundo ele, cabe ao repórter ficar esperto e não se deixar levar pelas aparências. Além disso, o autor recomenda não dar muita importância ao declaratório, pois, “de modo geral, o político fala para tirar do foco algo que lhe é incômodo e para lançar luz sobre algo que lhe é favorável” (MARTINS, 2005, p.64). Ou seja, embora existam exceções, as afirmações e os discursos de políticos não devem ter mais relevância na cobertura jornalística e jamais podem substituir a apuração dos fatos como exige a profissão.

Portanto, o jornalista que escreve, por exemplo, uma notícia com base apenas na apuração de uma entrevista com determinados personagens políticos envolvidos em alguma votação ou disputa, apresentará um texto ingênuo - e provavelmente sem contexto - que desinformará mais do que informará o leitor (LAGO, 2006). Sousa (2006) reitera, ao fazer uma breve comparação de três versões de notícias sobre o mesmo assunto e com grande disparidade de informações entre elas, que os jornalistas não podem ser meros reprodutores de frases, tanto no jornalismo político, como em qualquer outra área. “Haverá situações em que não será possível prever exatamente o que irá acontecer no cenário político. As ações e reações dos atores envolvidos nem sempre são previsíveis” (SOUZA, 2006, p.196).

Souza (2006) acrescenta que é preciso ir além de apenas ter o conhecimento da história política do país. Para ele, é necessário também que o repórter tenha noções da estrutura e funcionamento do Congresso Nacional e dos demais poderes. Lago (2006) concorda que o profissional que produz reportagens de política deve estar preparado para compreender não só o que se passa no Congresso, mas como em qualquer seara onde estiver acontecendo uma disputa política que ele está acompanhando.

O congresso nacional é o grande coração da vida política brasileira. Mas seus padrões se repetem em qualquer Assembleia Legislativa, Câmara de Vereadores, Centro Acadêmico da Faculdade,

condomínio do bloco, escritório ou em até algumas famílias. É preciso conhecer os personagens envolvidos na disputa, sua história e quem ou o que eles representam (LAGO, 2006, p.144)

Martins (2005) explica que essas exigências são necessárias, pois o leitor não está mais se contentando apenas com a notícia. De acordo com ele, a notícia pode ser “quase tudo ou quase nada”, e isso depende do quanto o leitor, telespectador ou ouvinte sabe sobre o assunto. Portanto, ao transmitir uma informação factual é preciso que ela seja qualificada, interpretada e relacionada com outros fatos, explicando suas causas e analisando suas possíveis consequências. “Em suma, é preciso entregar aos leitores não apenas a notícia, mas também o que está por trás e em volta da notícia” (MARTINS, 2005, p.21).

Mas a interpretação da notícia sugerida pelo autor não significa que o jornalista deva dar suas opiniões pessoais com relação aos fatos noticiados. Martins chama atenção para a diferença entre interpretação e opinião. Embora sejam parecidas, por buscarem dar uma explicação para o fato em si, ambas são muito distintas. A opinião, segundo o autor, se alimenta do acontecimento para reafirmar um ponto de vista prévio; ao passo que a interpretação se firma como uma tentativa de juntar e relacionar os vários fragmentos de um fato no momento em que ele está acontecendo. Ou seja, enquanto uma se concentra em uma explicação e quer passar certezas, a outra procura ampliar as possibilidades e sugerir linhas de raciocínio.

Essa reflexão sobre a interpretação da notícia torna-se ainda mais pertinente quando se analisa o contexto em que a sociedade vive atualmente, onde há um excesso de informações transmitidas constantemente através de meios como, televisão, rádio, jornais, revistas, internet – inclusive, redes sociais, blogs, sites de notícias, e-mails, entre outros – e até mesmo em conversas informais nas ruas, bares, ambiente de trabalho ou no próprio âmbito familiar. Para Martins (2005), olhando por esse ângulo, a pessoa deveria se sentir bastante informada, mas o que ocorre na prática é o inverso. A quantidade excessiva de informações deixa o indivíduo perplexo e confuso, e é exatamente por isso que se faz tão necessária a interpretação da notícia pelo jornalista.

Ao separar o importante do trivial, relacionar fatos, estabelecer conexões, procurar causas e, às vezes, avaliar consequências, ela [a

interpretação] lhe permite refletir sobre o que aconteceu e formar uma primeira opinião sobre o assunto (MARTINS, 2005, p.22)

Em se tratando de interpretação, opinião e interesses sociais, o autor lembra que o jornalista não pode confundir opinião pública com sociedade, pois ambas não são a mesma coisa. Em um conceito mais simplificado, o autor define a opinião pública como a opinião da sociedade (ou seu segmento mais participativo) em um determinado momento. No entanto, a própria sociedade possui interesses, objetivos e definições que são permanentes e consolidados.

Um exemplo citado por Martins (2005) para ilustrar sua definição é o caso da invasão do Iraque, deflagrado pelos Estados Unidos em 2003. Naquela época, a imprensa norte-americana cedeu à extrema onda de patriotismo que prevalecia no país e fez uma cobertura favorável às iniciativas de guerra lideradas pelo governo americano. Tempos depois, os jornais perceberam o erro que foi cometido ao contribuir, direta ou indiretamente, com os diversos prejuízos que o conflito causou para os EUA. Para o autor, os jornais não se atentaram às diferenças entre opinião pública e sociedade, e acabaram priorizando a opinião pública e não a sociedade. Pode-se dizer que a mídia brasileira também já protagonizou situações semelhantes, como por exemplo, ao se mostrar simpática – junto a outros setores da sociedade – à intervenção militar no Brasil em 1964, que resultou, em pouco tempo, a perda da liberdade de expressão.

Embora a opinião pública seja muito importante para o jornalista político, por apresentar forte e direto impacto sobre os fatos políticos, Martins alerta que é preciso ter cuidado com ela. “É imprescindível tomar o pulso da opinião pública e captar seus humores para entender as possíveis tendências de desenvolvimento da situação” (MARTINS, 2005, p.35). O autor enfatiza que a primeira lealdade do jornalista não é com a opinião pública, mas com a sociedade. Em outras palavras, o profissional de jornalismo não deve corresponder ao que pensa, em um determinado momento, o segmento mais participativo do país, mas sim com os interesses gerais, consolidados e permanentes da sociedade.

Ela [a opinião pública] é apenas um ator do processo político, da mesma forma que o PMDB, o PT, o PSDB, Lula, Fernando Henrique, Antonio Carlos Magalhães ou Heloísa Helena. Como qualquer um deles, a velha senhora merece respeito e crítica. Mas nada além disso (MARTINS, 2005, p.37)

Logo, de acordo com as considerações dos autores, depreende-se que o jornalista que cobre política deve ir além da compreensão dos recentes processos e os atores históricos do cenário político brasileiro. É preciso que o profissional tenha capacidade de assimilar o que há por trás dos discursos, conhecer figuras políticas, ter noções do funcionamento Congresso Nacional e dos três poderes e, principalmente, ter boa percepção do cenário político para poder entregar um texto contextualizado ao leitor, para que ele possa ser mais bem informado pelo que se passa no governo de seu país. E além de tudo, o jornalista precisa estar bastante atento às questões que referem-se à distinção entre opinião e interpretação da notícia; e opinião pública e sociedade.

Surgem, diante desses argumentos, algumas questões que, embora não sejam respondidas em sua totalidade neste trabalho, devem ser consideradas ao se tratar relação atual entre mídia, governo e sociedade: estaria a população brasileira mais consciente quanto ao que se passa na política do país? Estaria ela mais ou menos interessada acerca desse tema? Como as redes sociais interferem no relacionamento das pessoas com a política e como o jornalismo pode se aproveitar dessa ferramenta? O trabalho dos jornalistas ajuda a conscientizar, informar e contextualizar os leitores sobre os acontecimentos políticos? Seria responsabilidade do jornalismo, assim como de outras instituições da sociedade, esclarecer sobre a importância da política na vida das pessoas?

Toda essa discussão torna-se ainda mais fundamental ao refletir sobre o sentido e importância da política na vida das pessoas. De acordo com Arendt (2002), a política consiste na pluralidade dos homens e trata da convivência entre diferentes. “Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças.” (ARENDR, 2002, p.21). Para ela, pelo fato do indivíduo depender de outros para sobreviver, é preciso que haja um provimento da vida relativo a todos para que exista o convívio entre as pessoas. E é através da política que se alcançam tais objetivos, pois é tarefa dela garantir a vida no sentido mais amplo, possibilitando ao indivíduo buscar seus objetivos em paz e tranquilidade. Logo, ao compreender a relevância da política para a vida social, percebe-se que “o sentido da política é a liberdade”.

6. METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se pela análise e comparação das reportagens publicadas pelos sites G1, UOL, Folha, em 15 de março de 2015, referentes as manifestações populares que ocorreram em diversas cidades do Brasil nesse mesmo dia. Antes de chegar a essa etapa, é necessário descrever as estratégias metodológicas escolhidas para aplicação no desenvolvimento da pesquisa.

Através do estudo e comparação dos materiais selecionados, pressupõe-se ser possível realizar reflexão e análise sobre o tratamento dado por parte da mídia a respeito das manifestações que apoiavam a volta da ditadura militar no país e sua relação com a democracia. E para atingir tal objetivo, a pesquisa toma como base os teóricos referentes à análise do discurso.

A noção de discurso é uma consequência da premissa hermenêutica de que a interpretação do sentido deve levar em conta que a significação é construída no interior da fala de um determinado sujeito; quando um emissor tenta mostrar o mundo para um interlocutor, numa determinada situação, a partir de seu ponto de vista, movido por uma intenção (MANHÃES, 2005, p.305)

Para Manhães (2005), o discurso é a apropriação da linguagem por um emissor, o que o torna um sujeito da ação social. Através do discurso, o indivíduo pode significar o mundo à sua volta; persuadir o receptor da autenticidade do seu modo de classificar, ordenar e organizar esse mundo; e construir uma voz, um modo de falar, um entendimento do mundo. Isso demonstra a importância que a linguagem, e a forma como ela é empregada têm na vida social; e como ela pode ser agente significativa nas mudanças de comportamento e práticas sociais.

Logo, devido à grande relevância da linguagem e do discurso - que dá a capacidade ao homem de significar e significar-se -, fazem-se necessários estudos para compreensão do mesmo. “Como analisar significa dividir, a análise de discurso é, na verdade, a desconstrução do texto em discursos, ou seja, em vozes. A técnica consiste em desmontar para perceber como foi montado” (MANHÃES, 2005, p.306).

Portanto, o próprio discurso é o objeto da Análise de Discurso; e ela se preocupa por estudar a “língua funcionando para a produção de sentidos”. É preciso considerar também os processos e as condições através das quais se produz a linguagem. “Na Análise, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto

trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 1999, p.15).

Por meio desse método é possível compreender melhor como a ideologia se concretiza no discurso e como este se materializa na língua por meio do sujeito, tomado pela ideologia de seu tempo e de seu espaço nas estruturas sociais. Fairclough (2001) explica que a constituição do discurso da sociedade não deriva de “um livre jogo de ideias da cabeça das pessoas”, mas de um costume que está enraizado em estruturas sociais concretas que se orientam para elas.

Orlandi (1999) concorda que o sentido não existe no discurso em si, mas que é determinado pelas posições ideológicas que são construídas no processo sócio histórico em que as palavras são produzidas.

A noção de formação discursiva, ainda que polêmica é básica na Análise do Discurso, pois permite compreender o processo de produção de sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso. (ORLANDI, 1999, p.43).

Fairclough (2001), afirma que o discurso enquanto prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder entre as entidades coletivas em que existem relações de poder; já como prática ideológica, o discurso constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de diversas posições nas relações de poder.

Fairclough (2001) considera que o que há de mais significação para a análise é a visão de discurso como constitutiva, ou seja, contribuindo para a produção, a transformação e a reprodução dos objetos da vida social.

O discurso tem uma relação ativa com a realidade, que a linguagem significa a realidade no sentido da construção de significados para ela, em vez de o discurso ter uma relação passiva com a realidade, com a linguagem meramente se referindo aos objetos, os quais são tidos como dados na realidade (FAIRCLOUGH, 2001, p.66).

Em sua obra, o autor propõe o modelo tridimensional de análise do discurso – representado na Figura 1 -, que procura reunir as três tradições analíticas que seriam, segundo Fairclough (2001), indispensáveis na análise. As três dimensões do modelo são classificadas como: texto, prática discursiva e prática social. O objetivo na explicação desses processos é especificar os elementos, as ordens de discurso

em que se baseiam na produção, a interpretação dos sentidos e como isso ocorre. Para tanto, é necessário estabelecer conexões explanatórias entre os modelos de organização e interpretação textual, bem como os textos são produzidos, distribuídos e consumidos.

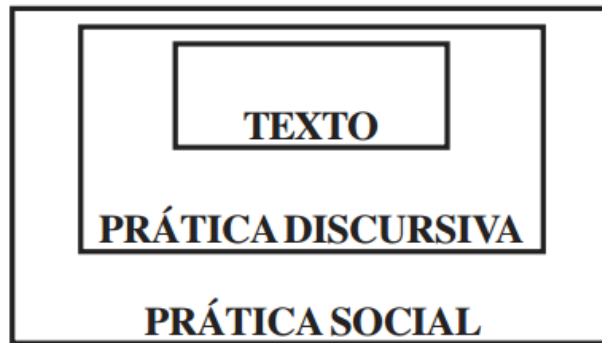


Figura 1 – Concepção tridimensional do discurso em Fairclough (1992, p. 101).

No discurso como texto, a análise textual é organizada em quatro categorias: o **vocabulário**, que trata das palavras individuais; a **gramática**, das palavras combinadas em frases e orações; a **coesão**, das ligações entre as frases; e a **estrutura textual**, que diz respeito às “estruturas” do texto, das propriedades organizacionais de larga escala dos textos.

Já na prática discursiva são levados em conta os processos de “produção, distribuição e consumo textual”. Aqui, considera-se que os contextos sociais influenciam tais processos na forma de produção e consumo dos textos. Segundo o autor, esses processos se referem a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares em que os discursos são gerados. “Alguns textos conduzem a guerras ou à destruição de armas nucleares; outros levam as pessoas a perder o emprego ou a obtê-lo; outros ainda modificam as atitudes, as crenças ou as práticas das pessoas” (2001, p.109). Nessa prática, também, são analisadas as categorias como a força dos enunciados, coerência e a intertextualidade das relações entre o texto e outros textos.

Por fim, na análise do discurso como prática social considera os aspectos ideológicos e hegemônicos no texto em análise. Por ideologia, verificam-se os níveis do texto com os sentidos das palavras - se há o uso de metáforas ou excesso de

adjetivos. “Quando são encontradas práticas discursivas contrastantes em um domínio particular ou instituição, há probabilidade de que parte desse contraste seja ideológica” (FAIRCLOUGH, 2001, p.117) Na hegemonia observam-se as orientações da prática social nos domínios institucionais e organizacionais em relação ao texto.

6.1 PROCEDIMENTOS

Para este trabalho foram selecionadas reportagens dos sites G1, Uol, Folha. Esses portais de notícia foram escolhidos de acordo com a posição no ranking de sites mais acessados no Brasil, segundo os dados da publicação (que conta com constante atualização) da companhia Alexa, especializada em medição do número de usuários de internet que visitam sítios na web (www.alexa.com).

As reportagens selecionadas são de cobertura nacional e local (Distrito Federal) referente às manifestações populares que ocorreram em 15 de março de 2015. Este trabalho restringe a analisar apenas os materiais veiculados no dia dos protestos (15/03/15). No entanto, os objetos de análise da pesquisa foram acessados no mês de novembro de 2015, o que significa que eles podem ter sido atualizados desde a data de publicação.

As reportagens de cobertura nacional e local serão agrupadas separadamente. No entanto, é importante ressaltar que não é de interesse primordial da pesquisa estabelecer uma comparação entre as coberturas locais e nacionais produzidas pelos portais de notícia. Essa divisão foi feita, fundamentalmente, com propósito de organizar as reportagens e facilitar a leitura e compreensão da análise de cada um dos objetos selecionados.

Optou-se por selecionar reportagens de conteúdo nacional e local (no Distrito Federal) a partir do pressuposto de que há diferenças relevantes entre essas coberturas, tais como: a aproximação do jornalista com suas fontes e maior possibilidade de exploração e investigação quando está cobrindo uma área delimitada menor.

Os materiais selecionados para análise foram:

Cobertura Nacional:

G1 - “Manifestantes protestam contra Dilma em todos os estados, DF e exterior”;¹

Uol - “Protestos contra governo e corrupção reúnem 2 milhões pelo Brasil, dizem PMs”²;

Folha de S. Paulo - “Protestos contra o governo reúnem quase 1 milhão pelo país”³.

Cobertura no Distrito Federal:

G1 - “Manifestantes lotam Esplanada para protestar contra Dilma e corrupção”⁴;

Uol - “Em Brasília, protesto contra Dilma reúne 45 mil e proíbe vermelho”⁵;

Folha de S. Paulo - “Em Brasília, multidão se reúne no gramado em frente ao Congresso”⁶.

De posse das ideias expostas pelos autores relativas à análise de discurso, a pesquisa busca observar o seguinte:

1. Posição do texto em que existe menção à “intervenção militar”.

Neste item, será considerado onde estão localizadas no texto as informações referentes à intervenção militar, seja no título, subtítulo, legenda e/ou parágrafo.

2. Termos empregados no texto, tais como adjetivo e advérbio, que qualificam a intervenção militar.

¹ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contradilma-em-estados-no-df-e-no-externo.html>

² <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/15/protestos-contragoverno-e-corrupcao-reunem-mais-de-2-milhoes-pelo-brasil-dizem-pms.htm#fotoNav=131>

³ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contrao-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>

⁴ <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/03/manifestantes-fazem-ato-contracorrupcao-em-brasilia.html>

⁵ <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/15/em-brasilia-protesto-contradilma-reune-45-mil-e-proibe-vermelho.htm#fotoNav=72>

⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603177-em-brasilia-multidao-se-reune-no-gramado-em-frente-ao-congresso.shtml# =>

Aqui serão identificados quais adjetivos ou advérbios se encontram mais próximos ao termo “intervenção militar”. Será feita também análise da função que exercem no texto, no intuito de identificar a ideologia por trás do discurso.

3. Estruturas no texto que estabelecem contraponto com a ideia de intervenção militar.

Será observado qual foi a conduta do repórter ao abordar a questão da intervenção militar, analisando se, em seu texto, há informações que atuam como contraponto a essa ideia.

4. Quais são as fontes que abordam a intervenção militar ou a informação sai apenas da observação do repórter? Há links de referência?

Neste item será analisado se o repórter buscou ou não apurar, entrevistar as fontes que reivindicavam a intervenção militar. Também será considerado se o repórter fez uso de links em seu texto para acrescentar mais informações referentes ao tema, contribuindo com a camada de exploração da pirâmide deitada, proposta por Canavilhas (2004), para maior contextualização da notícia.

5. A reportagem se beneficia dos recursos proporcionados pela web para explorar o tema “intervenção militar”? Quais recursos utiliza?

Neste item, serão observados os recursos proporcionados pela web, tais como vídeos, áudios, infográficos, hiperlinks e imagens, para enriquecer a reportagem a respeito do tema “intervenção militar”.

Leitura comparada das reportagens

Aqui será feita uma análise comparada das reportagens sob a perspectiva do tratamento dado aos movimentos favoráveis à ditadura militar.

6. ANÁLISE E RESULTADOS

Conforme previsto no capítulo anterior, estão elencadas para integrar o corpus desta pesquisa as reportagens dos sites G1, Uol e Folha de S. Paulo referentes as manifestações sociais ocorridas no dia 15 de março de 2015. Para a análise, foram separadas notícias que tratam da cobertura nacional e do Distrito Federal (DF).

1. Posição nos textos em que existe menção à "intervenção militar"

De acordo com o que foi discutido no 3º capítulo deste trabalho, para um melhor aproveitamento dos recursos oferecidos pela plataforma web, aconselha-se ao jornalista adotar um modelo de organização textual diferente da pirâmide invertida, técnica utilizada em jornais impressos.

Com a lógica do modelo proposto por Canavilhas (2006) - pirâmide deitada - a quantidade e variedade de informação apresentada passa a ser a variável de referência. Assim, a notícia no webjornalismo se desenvolve de um nível com menos informação para sucessivos níveis de informação mais aprofundados e variados sobre o tema em análise.

Dessa forma, a unidade base, que corresponde ao lead do texto, responde aos questionamentos essenciais (O que, Quando, Quem e Onde – conhecidos também como W's) e, após o nível de Explicação, o jornalista pode oferecer mais informação para o público sobre cada um dos W's ao longo do texto, contribuindo para a camada de Contextualização.

Cobertura Nacional

G1 - A reportagem de cobertura nacional do G1 é composta por um texto introdutório, onde há informações gerais sobre as manifestações, seguido por notícias curtas a respeito dos protestos nas 27 unidades federativas e no exterior. No total, foram identificadas oito referências ao tema "intervenção militar" ao longo da reportagem. No "texto introdutório", o tema é abordado no 5º parágrafo, posição que pode corresponder à camada de contextualização da pirâmide invertida, conforme proposto por Canavilhas (2006). Isso se confirma não pela posição do tema no texto em si, mas pelo conteúdo exposto nesse parágrafo, onde o repórter apresenta informações sobre como a intervenção militar é vista sob a perspectiva da

Constituição brasileira. As demais referências ao tema no decorrer da reportagem têm por finalidade noticiar em quais estados também houve pedidos de intervenção.

Uol - O texto da reportagem do portal Uol apresenta um panorama dos protestos ocorridos no país. As referências à intervenção militar ocorrem no segundo parágrafo (ainda que de modo implícito): “Cardoso disse que o Brasil está longe do golpismo e prometeu lançar nos próximos dias medidas de combate à corrupção e à impunidade”. Inclusive, o trecho em questão é um link que direciona para uma matéria da coletiva de imprensa dos ministros Miguel Rossetto e José Eduardo Cardoso, em que discursam sobre os protestos, democracia e atos inconstitucionais. Embora a matéria do link não discorra explicitamente sobre a intervenção militar, pode-se considerar que o trecho, independentemente da posição em que se ocupa no texto, se enquadra na camada de exploração da pirâmide deitada.

Os demais termos encontrados no texto, localizados no 15º e 20º parágrafo, além das legendas das imagens postas na galeria, apenas informam em quais estados ocorreram pedidos de intervenção militar. Apesar das legendas nas fotos da galeria não apresentarem um aprofundamento do conteúdo, pode-se considerar que as imagens se enquadram na camada de Contextualização.

Folha de S. Paulo - Já no texto da reportagem da Folha de S. Paulo, o tema “intervenção militar” só ganhou destaque no 6º parágrafo. Em parágrafo dedicado a esse tema, o repórter descreveu que o movimento “SOS Forças Armadas” havia participado do protesto com três carros de som e muitas faixas pedindo intervenção armada. Há, inclusive, uma citação direta de um dos cartazes para concluir o parágrafo: “Otávio pede impeachment, patriota exige intervenção constitucional”. No entanto, o jornalista não apresentou mais informações que pudessem complementar ou contextualizar o tema.

A reportagem também conta com um infográfico e uma galeria de imagens que contêm menções a intervenção militar – que pode ser classificado como uso da camada de Contextualização da pirâmide deitada - mas não há qualquer tipo de aprofundamento do assunto. No infográfico, na seção “hora a hora”, reservada para destacar principais acontecimentos no evento em São Paulo, há citação que o carro do SOS Forças Armadas apresenta Carlos Augusto Andrade, do extinto Dops. E as

legendas das imagens apenas descrevem que manifestantes pediam intervenção militar.

Cobertura no Distrito Federal

G1 - O texto da cobertura do Distrito Federal desenvolvido pelo portal G1 realça os pedidos de intervenção militar no subtítulo e torna a mencioná-los no 2º e 11º parágrafos. Ao apontar esse tema logo no subtítulo da reportagem, os jornalistas automaticamente conferem grau elevado de importância ao assunto. No entanto, a questão da intervenção armada é mencionada duas vezes no texto, mas sem muito aprofundamento do tema. Nesses trechos, os repórteres apenas descrevem que houve manifestantes que “chegaram a defender uma intervenção militar para destituir o governo do PT”.

No segundo parágrafo, onde há referência ao tema, o texto sugere que o leitor assista ao vídeo – que está ao lado do trecho - com pessoas segurando faixas e cartazes pedindo a volta dos militares. De certa forma, pode-se considerar que esta é uma maneira de contribuir para estimular o público a acessar outros conteúdos que contemplam a camada de Contextualização.

Uol - Na reportagem do portal Uol, há o intertítulo “Pequeno grupo pede intervenção militar” seguido de dois parágrafos dedicados ao tema. Ainda que o jornalista tenha colocado um intertítulo – conferindo destaque ao assunto -, os trechos que seguem, além de terem sido reservados para o final da notícia, limitam-se a evidenciar apenas o posicionamento de uma fonte, o ex-militar e líder do grupo favorável a intervenção, Bruno Martins.

Folha de S. Paulo - Já o texto da cobertura no Distrito Federal da Folha de S. Paulo retrata, a partir de seu segundo intertítulo, as reivindicações pela intervenção militar. Os parágrafos que se seguem na reportagem após o intertítulo apresentam mais informações sobre as pessoas que pediram intervenção e respeito do ponto de vista das fontes entrevistadas. Apesar de não haver referências no texto que explorem mais a abordagem da ditadura e dos pedidos de intervenção, as informações apresentadas contribuem para a camada de Contextualização, assim como a galeria de imagens presente na reportagem.

	Posição no texto onde há referência ao tema “intervenção militar
G1	5º parágrafo.
Uol	2º parágrafo; 15º parágrafo; 20º parágrafo; Galeria de imagens: legenda nas imagens de número 19, 72, 82 e 131.
Folha de S. Paulo	6º parágrafo; Infográfico (localizado após o 12º parágrafo); Galeria de imagens: legenda das imagens de número 51, 102 e 103

Obs.: Conforme descrito antes, a reportagem do G1 conta com um texto introdutório que apresenta informações gerais sobre as manifestações e, em seguida, é dividida em “seções” com breves notícias dos protestos nas 27 unidades federativas e “exterior” – seção reservada para cobertura em cidades de outros países. Essas seções contêm uma foto e breve descrição sobre a quantidade de participantes, como e em quais cidades ocorreram os protestos (as descrições possuem em média três parágrafos). As seções dos 26 estados, Distrito Federal e “exterior” foram dispostas em ordem alfabética.

Das 28 seções na reportagem - destinadas as 27 unidades federativas mais “exterior” -, sete continham referências a pedidos de intervenção militar. A saber:

- Alagoas – 2º parágrafo;
- Minas Gerais – 3º parágrafo;
- Pará – 2º parágrafo e legenda da imagem;
- Paraíba – 2º parágrafo;
- Rio de Janeiro – 2º parágrafo;
- Rio Grande do Sul – 2º parágrafo;
- Rondônia – 2º parágrafo.

Cobertura no Distrito Federal	
	Posição nos textos onde há menção ao termo “intervenção militar
G1	Subtítulo; 2º parágrafo; 11º parágrafo.
Uol	Intertítulo (localizado após 8º parágrafo); 9º parágrafo; 10º parágrafo.
Folha de S. Paulo	2º Intertítulo (localizado após o 18º parágrafo); 19º parágrafo; 20º parágrafo; 24º parágrafo; 25º parágrafo; 26º parágrafo.

Obs.: A galeria de imagens presente tanto na reportagem de cobertura nacional quanto na cobertura do Distrito Federal do portal Uol é a mesma. Ocorre igualmente com a galeria posta nas reportagens da Folha de S. Paulo.

2. Termos empregados nos textos, tais como advérbios ou adjetivos, que modificam o sentido ou qualificam a intervenção militar.

Destaca-se também nesse trabalho o uso de determinados substantivos que foram empregados para designar a intervenção militar, por considerar que existem mais formas de significar este ato. Fairclough (2001), afirma que algumas abordagens críticas da análise de discurso defendem que os signos são socialmente motivados. “‘Terrorista’ e ‘lutador pela liberdade’ são combinações contrastantes de significante e significado, e o contraste entre elas é socialmente motivado.” (FAIRCLOUGH, 2001, p.203).

No jornalismo informativo, termos qualificadores costumam-se ter uso limitado e com certa restrição, visto que designariam um juízo subjetivo daquilo que é reportado. Como se aborda neste trabalho o discurso empregado na reportagem a respeito da intervenção militar, consta dessa observação compreender a função em que estão inseridas essas palavras.

Cobertura Nacional

G1 - É nítido perceber, como destacado na tabela abaixo, como a reportagem do G1 desqualifica os pedidos de intervenção militar. São utilizados termos que descrevem os atos como movimentos isolados, como algo alheio e em discordância com as outras manifestações. A reportagem faz questão de frisar que a intervenção militar é “ilegal e frontalmente contrária à Constituição”. Expressões como “golpe” também foram utilizadas para se referir a algum tipo de intervenção que viole a democracia.

Uol - Assim como no G1, a reportagem do portal Uol conta com termos que desqualificam a intervenção. Expressões como “golpismo” também aparecem no texto, além de construções que relatam clima de tensão e discordância ao surgirem grupos pedindo intervenção militar (“O clima só esquentou quando algumas pessoas

pediam uma intervenção militar, mas não foram bem recebidas”). Mas também é possível encontrar vocábulos que engrandecem uma possível ação dos militares para o processo de transformação política. Contudo, tais termos foram colocados como discurso direto (“os militares ‘são os únicos que podem fazer a verdadeira reforma política’”).

Folha de S. Paulo - Já na reportagem da Folha de S. Paulo, ao contrário das outras analisadas, são identificados termos que, de certa forma, qualificam positivamente a intervenção militar. Não que o repórter tenha apoiado diretamente a iniciativa desses movimentos, mas certamente agiu de modo indiferente quanto ao que foi exposto no texto. No parágrafo onde discorre sobre os pedidos de intervenção, é colocada uma citação direta referente ao que estava escrito em um dos muitos cartazes, conforme observado pelo repórter, levados pelo movimento: “Otário pede impeachment, patriota exige intervenção constitucional”.

Há uma problemática envolvendo esse trecho. Embora a frase descrita acima possa não corresponder aos ideais do jornalista (ou da instituição a qual trabalha), sabe-se que cabe a ele decidir o que vai ou não ser escrito em seu texto, conforme visto nos teóricos do newsmaking e gatekeeper, no capítulo dois. Vale ressaltar que expor a frase do cartaz não constitui o problema em si, mas sim como o repórter trabalhou com a informação. A frase citada na reportagem contém uma informação errada: “intervenção constitucional” (desconsidera-se aqui o insulto proferido pelo cartaz em relação aos manifestantes que pediam impeachment da presidente), uma vez que não há amparo na Constituição para que haja uma intervenção militar. Ao reproduzi-la sem apresentar argumentos que contrapõem esse posicionamento, o jornalista comete o erro de desinformar o leitor.

Outro ponto curioso é o parágrafo seguido do trecho onde há a citação comentada acima. Nele, o texto compara a diferença da relação entre os policiais militares e os manifestantes nos protestos ocorridos em junho de 2013 e março de 2015. Enquanto na primeira situação havia uma “relação tensa” entre os grupos, na segunda “os policiais militares foram aplaudidos” pelos manifestantes. Analisando o parágrafo isoladamente, percebe-se que o jornalista estava apenas relatando como se dera as relações entre os grupos. Contudo, é intrigante e questionável a posição dessa informação - que, em outras palavras, enobrece e coloca os policiais em

posição de heróis - logo após o parágrafo onde ocorre os dizeres “patriota exige intervenção constitucional” sem nenhuma contraposição dessa ideia por parte do repórter.

Cobertura no Distrito Federal

G1 - Assim como a cobertura nacional do G1, o texto da reportagem sobre as manifestações no Distrito Federal também apresentou termos e expressões que desqualificam os pedidos de intervenção militar. No trecho “Em meio ao ato público, algumas pessoas pediram o impeachment de Dilma. Outras, inclusive, chegaram a defender uma intervenção militar para destituir o governo do PT”, o uso do advérbio “inclusive” seguido da expressão “chegaram a defender” sugere que o pedido de intervenção militar é um ato mais radical, comparado ao pedido de impeachment.

Já no parágrafo em que incorre o trecho “Apesar de alguns manifestantes terem defendido um golpe militar...”, o texto deixa mais claro o posicionamento da reportagem a respeito da intervenção. O uso do advérbio “apesar” assinala uma ideia de oposição em relação ao outro segmento do enunciado (“a manifestação em Brasília ficou marcada pelo bom humor”), o que denota uma possível quebra de expectativa. E isso se confirma logo em seguida ao observar o substantivo “golpe”, termo que desqualifica a intervenção militar.

Uol - No intertítulo da reportagem da Uol já é demonstrado que houve apenas um “pequeno grupo” que pediu intervenção armada. Embora o termo não qualifique a intervenção propriamente dita, nota-se que foi realçada baixa adesão de manifestantes que faziam essa reivindicação. Há também citações diretas de falas do ex-militar Bruno Martins, onde ele frisa que a “única” solução para o país seria a volta dos militares no poder por, “no mínimo”, cinco anos. Essa fala do manifestante daria um bom gancho para que o repórter abordasse em seu texto ou em link que pudesse direcionar para informações sobre como fora o regime ditatorial no país nas décadas de 1964 a 1985, e apresentar outras soluções para melhora política do país.

Nas legendas das imagens 72 e 131 da galeria aparecem expressões que qualificam os pedidos de intervenção, como o “Brasil está longe de golpismo” e “Manifestante mostra cartaz em protesto **contra** o governo brasileiro em Londres (...) Na faixa, pede-se intervenção militar no Brasil”. Enquanto o primeiro refere-se à fala

do ministro José Eduardo Cardoso a respeito de atos que ferem a constituição, o segundo indica que o protesto em defesa da intervenção militar é uma atitude contra o governo brasileiro. Contudo, aqui o jornalista esquece de mencionar que o protesto não só está contra o governo, mas também a favor de um ato contrário a própria democracia.

Folha de S. Paulo – Entre as reportagens analisadas, a da cobertura do Distrito Federal da Folha de S. Paulo é a que destina maior espaço no texto para tratar do tema “intervenção militar” e – ao considerar a proporção - é a que menos utiliza termos que qualificam o ato. Ao iniciar o assunto, o texto informa que “poucas” pessoas reivindicaram a intervenção armada e ainda classifica tais pedidos como “medidas radicais”, ou seja, algo que vai além do usual e esperado. O uso de expressões como essa em notícias sobre manifestações ou atos parecidos pode induzir o leitor a identificar esses atos como destoantes e não muito bem aceitos pela sociedade.

A reportagem aponta que o protesto de um dos manifestantes foi “solitário” e também apresenta citação direta de um militar dizendo que a intervenção militar era a “única” solução para impedir o avanço do comunismo no país. E apesar de conter falas dos manifestantes que dignificam o uso das forças armadas para destituir o governo, o repórter, quando não faz uso da citação direta, usa o substantivo “golpe” para designar a intervenção militar.

Nas tabelas a seguir, os termos que qualificam a intervenção são colocados em negrito.

Cobertura Nacional	
Termos que qualificam a intervenção militar	
G1	<ul style="list-style-type: none"> • “Algumas manifestações isoladas defendiam a intervenção militar no Brasil (o pedido de intervenção militar é uma atitude ilegal e frontalmente contrária à Constituição; em seu artigo 5º, a Constituição diz que "constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático)”; • “Os manifestantes defendiam o impeachment da presidente e disseram ser contra a intervenção militar. ”; • “O movimento Vem pra Rua, organizador do protesto, afirma que é contra qualquer tipo de golpe ou intervenção militar”;

	<ul style="list-style-type: none"> • A intervenção militar contrária a Constituição Federal.
Uol	<ul style="list-style-type: none"> • “Segundo os representantes do Planalto, o Brasil está longe de golpismo, e o governo deve lançar nos próximos dias medidas de combate à corrupção e à impunidade” (legenda da imagem 131 da galeria); • “Cardozo disse que o Brasil está longe do golpismo e prometeu lançar nos próximos dias medidas de combate à corrupção e à impunidade.”; • O clima só esquentou quando algumas pessoas pediam uma intervenção militar, mas não foram bem recebidas; • “No local havia faixas com os dizeres ‘SOS Militares’, defendendo uma nova intervenção armada no país e dizendo que os militares ‘são os únicos que podem fazer a verdadeira reforma política.’ ”;
Folha	<ul style="list-style-type: none"> • “O movimento SOS Forças Armadas também foi para a avenida com três carros de som e muitas faixas que pediam a intervenção militar. ‘Otário pede impeachment, patriota exige intervenção constitucional’, dizia um dos cartazes”.

Cobertura no Distrito Federal	
Termos que qualificam a intervenção militar	
G1	<ul style="list-style-type: none"> • Em meio ao ato público, algumas pessoas pediram o impeachment de Dilma. Outras, inclusive, chegaram a defender uma intervenção militar para destituir o governo do PT; • “Apesar de alguns manifestantes terem defendido um golpe militar e outros terem aproveitado o protesto para condenar a união entre casais homossexuais, a manifestação em Brasília ficou marcada pelo bom-humor.”
Uol	<ul style="list-style-type: none"> • “Pequeno grupo pede intervenção militar”; • “Segurando uma faixa com os dizeres “Intervenção Militar Já”, o líder do grupo e ex-militar, Bruno Martins, diz que a única solução do Brasil seria os militares no poder. ”; • “Queremos, no mínimo, cinco anos de regime militar.”; • “Segundo os representantes do Planalto, o Brasil está longe de golpismo, e o governo deve lançar nos próximos dias medidas de combate à corrupção e à impunidade” (legenda da imagem 131 da galeria).
Folha	<ul style="list-style-type: none"> • “Poucas pessoas que participaram da manifestação em Brasília defenderam medidas radicais, como a intervenção militar. ”; • Nelson Fernando Dauer Júnior, 50, que dirige um estacionamento em Campo

	<p>Grande (MS), fez um protesto solitário no início da manhã deste domingo. Ele conseguiu chegar à grade do Palácio do Planalto às 7h, antes de a PM fechar o acesso ao local, e colocou uma faixa pedindo "intervenção militar".</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Somos um movimento contra o comunismo. A única maneira de impedir o avanço do comunismo é a intervenção militar’, afirmou. ” ; • “Em outro carro de som, o general da reserva do Exército Paulo Chagas se identificou ao microfone como integrante do Ternuma (Terrorismo Nunca Mais), um grupo de militares da reserva que faz a defesa do golpe militar de 64, deu "parabéns" à multidão. ”.
--	---

A partir do que foi analisado, observou-se que boa parte dos termos utilizados pelos jornalistas - exceto em citações diretas -, ao se referirem a intervenção militar, desqualificam ou sugerem que os protestos favoráveis a esse ato contrastavam e não estavam de acordo com o restante das reivindicações dos demais manifestantes.

3. Estruturas no texto que estabelecem contraponto com a ideia de intervenção militar.

As estruturas de contraponto podem designar para o jornalismo uma tentativa de tornar a notícia mais didática ao tempo que apresenta oposições. Ao mesmo tempo em que se trata de uma “organização de mundo” - ao esboçar uma ideia que um é “ruim”, o outro é “bom” -, o jornalista arrisca-se em incorrer a uma generalização dessa visão.

Cobertura Nacional

G1 - A reportagem do G1 apresenta estruturas de contraponto com a ideia de intervenção militar em diversos momentos. O texto introdutório da cobertura nacional indica que havia “algumas manifestações isoladas” em defesa da intervenção armada e, logo em seguida, apresenta um trecho da Constituição Brasileira, onde diz explicitamente que a intervenção é uma atitude ilegal. E ao longo da reportagem, nas seções destinadas a informações sobre o evento nos demais estados brasileiros, o repórter reforça o contraponto apresentado no início da reportagem ao escrever “A intervenção militar contraria a Constituição Federal”.

Além disso, conforme dito na proposição anterior, são empregados no texto termos como, “golpe” (ao contrário de intervenção ou revolução, como era chamado pelos militares), “mas também”, “contra” que indicam - ainda que, em alguns casos, de forma sutil - que os pedidos intervenção eram atos em discordância com o restante das manifestações.

Uol – No texto da reportagem, são identificados dois trechos onde há estruturas que apresentam, de forma sutil, contrapontos com a ideia de intervenção militar. Em ambos os casos, os contrapontos estabelecidos na reportagem parte da não aceitação das demandas pró-intervenção por parte de manifestantes e representantes do governo. O primeiro trecho é a fala do Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo defendendo que “o Brasil está longe de golpismo”; o segundo apresenta a reação negativa dos manifestantes ao perceberem que outros estavam reivindicando intervenção das forças armadas (“O clima só esquentou quando algumas pessoas pediam uma intervenção militar, mas não foram bem recebidas”).

Folha de S. Paulo – A reportagem de cobertura nacional da Folha de S. Paulo não apresenta estruturas no texto que contrastam a ideia de intervenção militar.

Cobertura no Distrito Federal

G1 – Há apenas dois vocábulos no texto que apresentam contraste com a proposta de intervenção militar. Eles se encontram no parágrafo em que diz que “apesar de alguns manifestantes terem defendido um golpe militar (...) a manifestação em Brasília ficou marcada pelo bom-humor.” Como analisado nas proposições anteriores, o termo “apesar” indica ideia de oposição em relação ao que é expresso no final do parágrafo; e a palavra “golpe” não vai de encontro com expressões utilizadas por pessoas favoráveis a ditadura, como “intervenção constitucional” ou “revolução”, para legitimar esses atos.

Uol – A reportagem não apresenta estruturas de contraponto a ideia de intervenção militar.

Folha de S. Paulo – O único trecho que contém estrutura de contraponto se encontra no último parágrafo, que discorre sobre o general e integrante do Ternuma (Terrorismo Nunca Mais) Paulo Chagas dando “parabéns” à multidão. Aqui, a estrutura de contraponto aparece quando o repórter explica que o Ternuma é “um grupo de militares da reserva que faz defesa do **golpe militar** de 64”. Como dito nos

itens acima, o termo golpe qualifica a intervenção como um ato ilegal e inconstitucional.

Nas tabelas a seguir, as estruturas de contraponto estão destacadas em negrito.

Cobertura Nacional	
	Estruturas de contraponto com a ideia de intervenção militar
G1	<p>“Algumas manifestações isoladas defendiam a intervenção militar no Brasil (o pedido de intervenção militar é uma atitude ilegal e frontalmente contrária à Constituição...) ”,</p> <p>“Os manifestantes defendiam o impeachment da presidente e disseram ser contra a intervenção militar. ” ;</p> <p>“O movimento Vem pra Rua, organizador do protesto, afirma que é contra qualquer tipo de golpe ou intervenção militar. ”;</p> <p>“A intervenção militar contraria a Constituição Federal. ”;</p> <p>“A maioria dos cartazes e faixas pedia a saída da presidente Dilma Rousseff e o fim da corrupção, mas também havia manifestações pedindo a intervenção militar no país. ”</p> <p>“O protesto pedia o impeachment da presidente Dilma Rousseff, mas também havia pessoas com faixas pela intervenção militar no país.”</p>
Uol	<p>“[José Eduardo] Cardozo disse que o Brasil está longe do golpismo e prometeu lançar nos próximos dias medidas de combate à corrupção e à impunidade. ”</p> <p>“O clima só esquentou quando algumas pessoas pediam uma intervenção militar, mas não foram bem recebidas.”</p>
Folha	Não existem.

Cobertura Distrito Federal	
	Estruturas de contraponto com a ideia intervenção militar
G1	“ Apesar de alguns manifestantes terem defendido um golpe militar e outros terem aproveitado o protesto para condenar a união entre casais homossexuais, a manifestação em Brasília ficou marcada pelo bom-humor.”
Uol	Não existem
Folha de S. Paulo	“Em outro carro de som, o general da reserva do Exército Paulo Chagas se identificou ao microfone como integrante do Ternuma (Terrorismo Nunca Mais), um grupo de militares da reserva que faz a defesa do golpe militar de 64, deu "parabéns" à multidão.”

Em relação às estruturas textuais que exprimem contraponto à proposta de intervenção militar, apenas a reportagem de cobertura nacional do G1 apresenta argumento com base na Constituição Brasileira. Considera-se esse exemplo um modelo que poderia ser seguido pelas outras reportagens, visto que ele tem como sustentação uma fonte de grande relevância.

4. Quais são as fontes que abordam a intervenção militar ou a informação sai apenas da observação do repórter? Há links de referência ao tema?

Não é de interesse deste trabalho, apresentar as classificações das fontes no jornalismo, no entanto compreende-se a importância das mesmas na produção de uma notícia. As fontes de notícias são peças fundamentais da narrativa jornalística, pois elas podem ser pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente com fatos e eventos que serão noticiados. Elas podem fornecer ao repórter material que comprove o que está sendo abordado, contam as histórias, apresentam diferentes visões sobre o assunto tratado. A ausência delas pode comprometer todo o trabalho jornalístico, pois para que se produza uma notícia, é preciso a existência de uma fonte que sustente a informação. (SCHMITZ, 2011).

Conforme tratado no capítulo “Webjornalismo”, Canavilhas (2006) afirma que a internet possibilita a disponibilização online de todas as informações anteriormente produzidas e armazenadas. E é através de links incorporados no texto (ou ao redor dele) que o jornalista pode indexar as mais diversas informações previamente produzidas relacionadas ao tema exposto na reportagem.

Abaixo, foram selecionadas as fontes identificadas no texto e nos vídeos, havendo citação ou atribuição direta de opinião ou informação sobre a intervenção militar. Também foram considerados as fontes documentais como vídeos e imagens. As fontes identificadas foram destacadas em negrito nas tabelas.

Cobertura Nacional

G1 – As informações sobre os pedidos de intervenção militar na reportagem do G1 partem tanto da observação do jornalista (“Algumas manifestações isoladas defendiam a intervenção militar no Brasil”) como através de fontes documentais – tais

como vídeo da reportagem do Fantástico em que mostra, aos 2:30, manifestantes carregando cartaz pedindo intervenção militar, fotos de manifestantes e trecho da Constituição Brasileira. O movimento “Vem pra Rua” e manifestantes também foram usados como fonte para a notícia.

A reportagem, no entanto, não conta com links que fazem referência ao tema “intervenção militar” ou assuntos relacionados à ditadura.

Uol – Na cobertura do Uol, as fontes que abordam o tema “intervenção militar” são: ministro da Justiça José Eduardo Cardoso e cinco das 141 imagens presentes na galeria.

A fala do ministro Cardozo afirmando que o “Brasil está longe de golpismo” é um link de referência ao tema. O conteúdo da notícia à qual o link direciona não diz respeito, exclusivamente, aos pedidos de intervenção, mas sim à coletiva de imprensa onde ministros José Eduardo Cardoso e Miguel Rossetto discursam sobre diversos pontos dos protestos, incluindo os atos favoráveis à intervenção militar. O link dessa matéria também está presente em espaço reservado para o leitor acessar mais notícias relacionadas aos protestos do dia 15.

Nesse mesmo espaço destinado para links de notícias relacionadas, há um link para a seguinte matéria: “Paulista reúne maior ato político desde as Diretas-Já, diz Datafolha”. Entretanto, apesar do título mencionar uma manifestação ocorrida durante o período ditatorial, ela não analisa os atos conforme o atual contexto democrático.

Folha de S. Paulo – A reportagem conta como fonte um vídeo em que há diversas imagens de carros de som com faixas pedindo a volta dos militares, além de entrevistas com manifestantes contra e a favor da intervenção. Há também uma galeria de imagens contendo 10 de 112 fotos onde há o registro de manifestantes e carros de som com faixas e cartazes reivindicando a ação dos militares para depor o governo. No texto, o repórter usa o movimento SOS Forças Armadas como fonte.

A reportagem também não conta com links de referência para o tema “intervenção militar”.

Cobertura no Distrito Federal

G1 – A reportagem apresenta quatro vídeos. Três deles contêm imagens registrando manifestantes e trios elétricos com faixas pedindo a intervenção militar. O outro é uma reportagem do Fantástico contendo imagens de manifestantes com cartazes pró-intervenção militar, coletiva de imprensa onde o ministro Miguel Rosseto fala sobre manifestações que agridem a democracia e ex-ministro do STF, Carlos Veloso explicando a inconstitucionalidade desses atos.

A reportagem não conta com links de referência ao tema.

Uol – Uma das fontes apresentadas pela cobertura do Distrito Federal do portal é o ex-militar Bruno Martins, líder do grupo que havia ido à marcha em defesa da volta dos militares. Ele é a única fonte entrevistada pelo jornalista para falar sobre os protestos de pedidos de intervenção. A reportagem conta com a mesma galeria de imagens que aparece na cobertura nacional do Uol. Entre as 141 imagens, cinco fotos estão relacionadas ao tema “intervenção militar”. Quatro delas aparecem manifestantes apoiando a intervenção militar e uma mostra os ministros Miguel Rosseto e José Eduardo Cardoso - a imagem dos ministros em si não faz referência ao tema, mas a legenda frisa o argumento dos ministros de que o país está “longe de golpismo”.

O final da reportagem conta com espaço “Veja também”, reservado para o leitor acessar notícias relacionadas aos protestos do dia 15. Um dos links leva para a reportagem: “Desde 1964 as ‘direitas’ não estavam tão mobilizadas, diz historiadora”, que trata sobre as manifestações de 1964 e 2015, além dos pedidos de intervenção militar.

Folha de S. Paulo – A reportagem da Folha de S. Paulo apresenta entrevista com duas fontes: Nelson Fernando Dauer Júnior e Marcelo Campelo. Ambos são manifestantes que foram pedir intervenção militar. O primeiro, que chegou às 7h da manhã para protestar em frente ao Palácio do Planalto, conta como foi sua trajetória de Campo Grande até Brasília para realizar o protesto; fala sobre sua desilusão com os partidos políticos e que não foi impedido pelos policiais militares ao colocar a faixa reivindicando a intervenção militar.

Já o segundo se apresenta como militar e diz que “a única maneira de impedir o avanço do comunismo é a intervenção militar”. A reportagem relata que o movimento “reuniu cerca de 300 pessoas quando outros grupos já haviam se retirado do

gramado em frente ao Congresso”. Essa estimativa do número de pessoas parte da observação do repórter, visto que não há no texto referências de onde ele tirou esses dados.

Em seguida, o texto relata que o general da reserva do Exército Paulo Chagas se apresentou em um dos carros de som para parabenizar a multidão.

Há também a galeria de imagens com 10 fotos com manifestantes e trios elétricos com faixas pedindo intervenção. É a mesma galeria apresentada na reportagem de cobertura nacional da Folha de S. Paulo.

A reportagem não conta com links de referência ao tema.

Nas tabelas a seguir, as palavras destacadas em negrito correspondem às fontes – no caso de trechos retirados do texto – e aos links encontrados.

Cobertura Nacional		
	Fontes	Links
G1	<ul style="list-style-type: none"> • “Os manifestantes ... disseram ser contra a intervenção militar.” ; • O movimento Vem pra Rua, organizador do protesto; • “Uma manifestante, que não quis dar entrevista”; • Constituição Brasileira; • Foto da manifestante não identificada; • Foto de manifestantes com cartazes pró-ditadura; • Vídeo do Fantástico onde mostra, aos 2:30, manifestantes carregando cartaz pedindo intervenção militar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não há
Uol	<ul style="list-style-type: none"> • Ministro José Eduardo Cardozo; • Galeria de imagens (nº das fotos que contém conteúdo relacionado a pedidos de intervenção militar de: 19, 72, 78, 82 e 131) 	<ul style="list-style-type: none"> • “Cardozo disse que o Brasil está longe do golpismo e prometeu lançar nos próximos dias medidas de combate à corrupção e à impunidade.
Folha	<ul style="list-style-type: none"> • Vídeo reportagem da TvFolha com 	<ul style="list-style-type: none"> • Não há

	<p>diversas imagens de trio elétricos e faixas reclamando intervenção das forças armadas e entrevistas com manifestantes contra e a favor da intervenção.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Movimento SOS Forças Armadas; • Galeria de imagens (nº das fotos que contém conteúdo relacionado a pedidos de intervenção militar de: 17, 26, 43, 44, 51, 53, 77, 80, 102 e 103) 	
--	---	--

Obs.: Fontes apresentadas no vídeo reportagem da TvFolha onde falam sobre a intervenção militar:

- Maria de Lurdes Garcia – pensionista
- Maria Isabel Fleury – viúva do delegado Fleury
- Meire Lopes – Revoltados Online (?)
- Wal Belosi – Fotógrafa
- Alexandre Morse – Técnico em prótese dentária
- Integrante do movimento Revoltados Online que não foi identificado
- Uma manifestante não identificada que se diz “radicalmente contrária” a ideia de intervenção militar

Cobertura Distrito Federal		
	Fontes	Links
G1	<ul style="list-style-type: none"> • Vídeo com pessoas carregando faixas reivindicando intervenção militar • Vídeo de trio elétrico contendo cartazes defendendo intervenção militar • Vídeo de reportagem do Fantástico onde mostra, aos 2min30s, manifestantes com cartaz pedindo intervenção militar. • Vídeo de reportagem do Fantástico com imagens de manifestantes com cartazes pró-intervenção militar. Nesse mesmo vídeo tem-se 	<ul style="list-style-type: none"> • Não há

	como fonte o ministro Miguel Rosseto e o ex-ministro do STF, Carlos Veloso	
Uol	<ul style="list-style-type: none"> • Líder do grupo e ex-militar, Bruno Martins; • Galeria de imagens (nº das fotos que contém conteúdo relacionado a pedidos de intervenção militar de: 19, 72, 78, 82 e 131) 	<ul style="list-style-type: none"> • Na seção “Veja também”, localizada no final da reportagem, com link para outra reportagem intitulada “Desde 1964 as ‘direitas’ não estavam tão mobilizadas, diz historiadora”
Folha de S. Paulo	<ul style="list-style-type: none"> • Nelson Fernando Dauer Júnior; • Marcelo Campelo; • General da reserva do Exército Paulo Chagas; • Galeria de imagens (nº das fotos que contém conteúdo relacionado a pedidos de intervenção militar de: 17, 26, 43, 44, 51, 53, 77, 80, 102 e 103). 	<ul style="list-style-type: none"> • Não há

Embora em alguns momentos das reportagens as informações sobre os pedidos de intervenção militar tenham partido da observação dos repórteres, todos os objetos avaliados apresentam fontes que abordam o tema, sejam elas fontes documentais, oficiais ou testemunhais.

No entanto, a maioria das fontes eram manifestantes dos movimentos que pediam por intervenção armada, com exceção da Constituição – apresentada apenas na reportagem de cobertura nacional do G1 – e dos ministros José Eduardo Cardoso e Miguel Rosseto e ex-ministro Carlos Veloso – na reportagem de cobertura do DF do G1 e da cobertura nacional do Uol.

A falta de fontes especialistas (tais como juristas), documentais (como a Constituição) ou de mais manifestantes contrários à intervenção militar, leva a pensar que boa parte dos jornalistas agiram com parcialidade sobre esse tema. Isso porque essas fontes poderiam aprofundar mais o assunto, além de oferecer mais contraste e dinamismo para a reportagem.

A falta de links nas reportagens – exceto as do portal Uol - que explorem a questão dos pedidos de intervenção ou ditadura militar também é preocupante, pois

denota que os jornalistas não se preocuparam em explorar esse recurso da web para oferecer um conteúdo mais diversificado e aprofundado para o leitor.

5. A reportagem se beneficia dos recursos proporcionados pela web para contextualizar ou explorar o tema “intervenção militar”? Quais recursos utiliza?

Como visto no capítulo 3, a internet permite ao jornalista agregar em sua reportagem informações sob os mais variados formatos multimidiáticos, como infográficos interativos, vídeos, áudios, galerias de imagens, textos, hiperlinks. O uso desses recursos conferidos pela web tem potencial de enriquecer a reportagem produzida pelo profissional, tornando o material mais interativo, interessante, informativo e com mais conteúdo para o público.

Cobertura Nacional

G1 – A reportagem do G1 conta com diversas fotos, links e vídeos relacionados às manifestações ocorridas em todo país. Em se tratando dos pedidos de intervenção militar, a cobertura dispõe de duas fotos com manifestantes erguendo faixas e um vídeo da reportagem exibida no Fantástico. Embora o foco sejam as manifestações ocorridas em todo o Brasil, aos 2min34s de vídeo, a notícia mostra um cartaz que “destoava” dos demais por pedir intervenção militar. O repórter então informa que aquela era “uma atitude ilegal e contra a constituição”.

Uol – A cobertura da Uol conta com uma galeria de imagens, hiperlink com fala do ministro José Cardoso e link no final da reportagem. Conforme dito anteriormente, a matéria a qual o link direciona apresenta falas dos ministros José Cardoso e Miguel Rosseto onde repudiam todo e qualquer tipo de “golpe” ou ação inconstitucional que possa violar a democracia.

A legenda das imagens na galeria onde há manifestantes pedindo intervenção militar apenas descrevem a ação dessas pessoas, sem apresentar algum contraponto a esse tipo de manifestação. Na 72, inclusive, há a seguinte legenda: “Manifestante mostra cartaz em protesto contra o governo brasileiro em Londres (...) Na faixa, pede-se intervenção militar no Brasil e a prisão do ex-presidente Lula”.

Aqui o jornalista esquece de mencionar que o protesto não só está contra o governo, mas contra a própria democracia.

Na foto dos ministros Miguel Rossetto e José Eduardo Cardozo, a legenda evidencia a fala dos representantes do Planalto sobre o fato do Brasil estar longe de golpismo.

Folha de S. Paulo – A cobertura nacional da Folha de S. Paulo conta com um vídeo que abre a reportagem, uma galeria de imagens com 112 fotos (10 delas estão relacionadas com os pedidos de intervenção militar) e um infográfico onde aparecem informações sobre o tema. Entretanto, a legenda das imagens e o infográfico não refletem sobre esses movimentos e não apresentam contrapontos, apenas relatam o que aconteceu. Inclusive, no infográfico há uma tabela com as maiores aglomerações da história do Brasil; entre elas está a manifestação das Diretas Já, movimento de 1984 favorável à aprovação da Emenda Dante de Oliveira que garantiria eleições diretas para presidente no próximo ano. No entanto, a informação do infográfico se limita a apresentar os dados de quantas pessoas participaram da manifestação.

Contudo, é preciso destacar o vídeo produzido pela Tv Folha localizado no topo da reportagem. Não é de interesse desta pesquisa descrever e analisar o vídeo como um todo, pois há passagens que não contemplam o foco da análise. Porém, este trabalho considera que ele constitui um dos pontos de maior destaque da reportagem, uma vez que apresenta diversas facetas da manifestação ocorrida em São Paulo, destinando, inclusive, boa parte do conteúdo para exibir indivíduos favoráveis a intervenção militar.

O vídeo não conta com texto narrado, mas a montagem e edição das falas dos manifestantes entrevistados, junto a inserção de trilhas sonoras que vão desde “Brasileirinho”, dos Novos Baianos, passando por Eleanor Rigby, dos Beatles, “All the Stupid People”, do The National Cynical Network, até uma versão do Hino Nacional tocada por um violoncelo, insinuam certo sarcasmo e um provável posicionamento contrário as manifestações – ou, pelo menos, boa parte delas.

Dos 11 minutos de vídeo, são reservados aproximadamente quatro minutos onde há entrevistas com defensores ou simpatizantes à ideia de intervenção militar – apenas uma manifestante aparece no vídeo dizendo ser “radicalmente” contrária a

essa atitude. Ao som da densa “Le Sacre Du Printemps, Part I”, de Igor Stravinsky, o vídeo exibe os pontos de vista – ainda que contraditórios - dos manifestantes que reclamavam o advento dos militares. Uma das entrevistadas favoráveis à intervenção chegou a dizer que lutou contra o regime militar durante a ditadura.

Cobertura no Distrito Federal

G1 – A reportagem do G1 contém quatro vídeos com informações que exploram o tema “intervenção militar”. O primeiro deles é um registro de 40 segundos com pessoas carregando cartazes dizendo que os pedidos de intervenção também são constitucionais; o segundo é o mesmo vídeo do Fantástico que está presente na reportagem de cobertura nacional do portal; o terceiro é um outro vídeo do Fantástico em que há uma coletiva de imprensa com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rosseto, condenando atitudes que agridem a democracia, como golpismo, intolerância e impeachment infundado.

O vídeo da reportagem mostra grupos de pessoas segurando cartazes e pedindo a intervenção das forças armadas. Nesse momento, a repórter informa que, entre os juristas há uma unanimidade: de que não há qualquer legalidade, nem sentido em pedir intervenção militar. O material conta com entrevista do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, “Carlos Veloso”, onde ele explica que as forças armadas têm a obrigação de defender o estado democrático e que a intervenção militar seria algo ilegal e inconstitucional.

O quarto vídeo é um registro de um trio elétrico que continha faixas e cartazes pedindo intervenção militar. No entanto, o parágrafo do texto que se encontra ao lado desse vídeo destaca que a manifestação em Brasília foi marcada pelo bom-humor: “Em um dos trios elétricos que animavam o protesto, uma manifestante fantasiada de Dilma Rousseff arrancava gargalhadas do público”. Todavia, é possível observar no vídeo que a manifestante fantasiada de Dilma Rousseff estava no trio elétrico dos manifestantes “intervencionistas”.

Uol – A reportagem da Uol apresenta uma galeria de imagens que conta com cinco fotos relacionadas ao tema, contudo, as legendas apenas descrevem a ação dos manifestantes tal qual vista nas fotos.

Como visto na proposição anterior (4), o final da reportagem da Uol conta com espaço “Veja também”, para o leitor acessar notícias relacionadas aos protestos do

dia 15. Um dos links direciona para a reportagem: “Desde 1964 as ‘direitas’ não estavam tão mobilizadas, diz historiadora”, onde o repórter entrevista a historiadora Aline Presot, que dedicou parte de sua vida acadêmica a estudar as marchas e manifestações populares contra o governo do ex-presidente João Goulart e a favor do golpe militar de 1964. Na entrevista, o jornalista faz questionamentos relacionando as manifestações ocorridas em 1964 com as de 2015. Embora não seja objeto de análise deste estudo, essa reportagem em questão não só oferece mais contextualização em relação aos protestos e pedidos de intervenção militar, como traça um paralelo entre as manifestações de 1964 e de 2015, estabelecendo semelhanças e diferenças entre elas.

Folha de S. Paulo – A reportagem da Folha de S. Paulo utiliza apenas a galeria de imagens como recurso da web – além do texto, é claro - para explorar as manifestações a favor da “intervenção militar”. As legendas das imagens, contudo, não apresentam qualquer contextualização ou aprofundamento do tema, restringindo-se apenas a descrever a ação dos manifestantes vista nas fotografias.

Logo após o final do texto há um infográfico interativo que explica como se dá o processo de impeachment de um (a) Presidente da República. No entanto, não existe qualquer referência, explicação ou menção a inconstitucionalidade de uma intervenção militar.

Cobertura Nacional	
	Recursos da web utilizados na reportagem para explorar o tema
G1	O material conta com um vídeo de reportagem do Fantástico e duas imagens
Uol	Galeria de imagens; hiperlink com fala do ministro José Cardoso; links no final da reportagem.
Folha de S. Paulo	Galeria de imagens; vídeo e infográfico.

Cobertura no Distrito Federal	
	Recursos da web utilizados na reportagem para explorar o tema
G1	A reportagem conta com quatro vídeos que contém informações sobre o tema.
Uol	Galeria de imagens; link no final da reportagem.
Folha de S.	Galeria de imagens.

Paulo	
-------	--

Obs.: O vídeo que abre a reportagem do G1 estava indisponível nas datas de análise do material.

Todas as reportagens analisadas usufruem dos recursos proporcionados pela web para abordar a “intervenção militar”, contudo os vídeos da cobertura do Distrito Federal do G1 e o da cobertura nacional da Folha de S. Paulo são os que mais aprofundam o assunto. Observou-se também que reportagem da Uol - “Em Brasília, protesto contra Dilma reúne 45 mil e proíbe vermelho” – é a única que apresenta link que direciona o leitor para matéria que trata o tema com mais propriedade. O uso de hiperlinks poderia ser mais explorado pelas outras reportagens, dado a considerável quantidade de conteúdo publicado na web em relação ao período ditatorial no Brasil.

6.1 LEITURA COMPARADA DAS REPORTAGENS DE CADA PORTAL

É interessante observar como cada portal abordou as manifestações favoráveis a intervenção militar. Antes de descrever a análise comparada dos materiais, é preciso deixar claro que se entende que cada reportagem - inclusive as coberturas locais e nacionais do mesmo portal - foi produzida por diferentes profissionais, que embora atendam às demandas editoriais de cada empresa, apresentam formas singulares de descrever, significar e expor os eventos ocorridos no dia 15.

É importante ressaltar que todas as reportagens avaliadas informaram - seja por meio de texto, vídeos, infográficos ou fotografias - que houve durante o evento protestos reclamando a intervenção militar, ainda que esses tenham tido baixa adesão da população. Isso indica que há uma preocupação dos portais em noticiar tais atos. No entanto, o tratamento dado a essas reivindicações se deu de diferentes formas.

As reportagens do portal G1, ao discorrerem sobre o assunto, apresentam informações claras que se contrapõem à ideia de intervenção militar – a cobertura nacional apresenta, inclusive, o trecho do artigo 5º da Constituição Brasileira

referente a ações contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. O mesmo não é observado nas demais reportagens analisadas dos portais Uol e Folha de S. Paulo. O que significa que apenas 1/3 dos objetos analisados utilizaram essa fonte para contrapor os argumentos favoráveis ao retorno dos militares no poder.

Entretanto, apesar das notícias – em sua maioria – não terem apresentado de forma clara informações que contrastam a ideia de intervenção armada, boa parte dos termos utilizados para se referir a esses atos foram empregados para desqualificá-los, indicar que eles eram isolados – embora tenham ocorrido em diversos estados e no Distrito Federal – e que destoavam com o posicionamento dos demais manifestantes que participaram dos protestos no País.

E, apesar de ter apresentado no texto a descrição de um dos cartazes onde há expressões que exaltam os militares e não contra argumentar a informação de que existe intervenção constitucional, a reportagem de cobertura nacional da Folha de S. Paulo tem, em sua abertura, um vídeo que mostra, de forma sutilmente sarcástica, a incoerência e inconsistência do discurso dos que pedem intervenção armada.

Embora algumas das informações sobre os protestos em favor da intervenção militar tivessem partido apenas da observação dos repórteres, todas as reportagens apresentam fontes de notícia que conferem veracidade as informações transmitidas, seja por meio de registro de vídeos ou fotografias, seja por entrevistas com manifestantes ou representantes do governo. Porém, verificou-se que, com exceção de ambas coberturas do G1, as reportagens utilizaram poucas – ou nenhuma - fontes especialistas que pudessem tratar o assunto com mais profundidade. Isso sugere uma certa parcialidade dos repórteres ao darem mais enfoque para o ponto de vista daqueles favoráveis à volta dos militares ao poder.

É preciso salientar também, que todas reportagens utilizam dos recursos conferidos pela internet para tratar do tema “intervenção militar”, ainda que em proporções diferentes, como é o caso da cobertura no Distrito Federal realizada pela Folha de S. Paulo, que recorre apenas a galeria de imagens para complementar a notícia. Ao contrário das reportagens do G1, Uol e da própria cobertura nacional da Folha de S. Paulo que apresentam vídeos e links – além das fotografias - que contextualizam o tema.

Outro ponto observado é o fato de todas as reportagens contarem com a presença de hiperlinks no texto. Contudo, apenas as reportagens do portal Uol apresentam links que se referem a assuntos relacionados à intervenção militar, e que direcionam o público para notícias sobre esse tema. Observou-se também que esta é a única reportagem que apresenta um conteúdo que faz referência às manifestações de 1964, onde os manifestantes na Marcha da Família com Deus pela Liberdade foram às ruas no intuito de derrubar o governo do presidente João Goulart.

É válido lembrar que o dia em que ocorreram as manifestações, 15 de março de 2015, é uma data simbólica, pois comemoram-se os 30 anos de redemocratização do Brasil. Todavia, não há uma referência sobre esse evento histórico em todas as reportagens avaliadas.

A partir dessa análise, chega-se à conclusão de que os atos em favor da intervenção militar são relevantes para todos os veículos analisados, visto que o tema aparece em todas as reportagens – em maior ou menor grau de importância. No entanto, a forma como essas manifestações foram abordadas demonstra pouca contextualização política em meio ao Estado Democrático por parte dos jornalistas, visto que apenas as reportagens do G1 apresentam argumentos que comprovam que a intervenção militar é um ato inconstitucional.

Considerou-se também, que por se tratar de materiais publicados na web, plataforma que disponibiliza espaço ilimitado para produção de conteúdo, as reportagens perdem a oportunidade de se aproveitarem desse benefício para explorar com mais profundidade assuntos relacionados à ditadura militar, um tema rico que trata de um período marcante e que não deve ser esquecido na história do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme fora abordado ao longo dos capítulos deste trabalho, o jornalismo desempenha um papel fundamental na vida social da população, principalmente quando se trata de política. E é através da execução ética e competente do trabalho jornalístico que o profissional pode entregar um material informativo que pode contextualizar, instruir e apresentar o máximo de conteúdo sobre o assunto noticiado, para que o público possa se posicionar diante dos fatos.

Esse compromisso se torna ainda mais sério ao considerar as milhares e diversas informações que circulam na internet, tornando o jornalista um agente que passa a exercer a função de selecionar, interpretar e divulgar aquelas que se constituem como verdadeiras. Isso porque uma informação falsa espalhada na web pode gerar uma série conflitos, resultando até na mobilização de grupos nas redes sociais.

Intervenção militar constitucional é um dos exemplos que se configura em uma informação infundada, porquanto o artigo 5º, inciso XLIV, da Carta Magna diz claramente que “constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático”. No entanto, brasileiros “intervencionistas”, como foram chamados, propagavam por meio de cartazes – e, provavelmente, na internet – que a intervenção militar está sob o amparo da Constituição.

Caberia então aos jornalistas, ao se depararem com tais informações enganosas, esclarecer em suas reportagens o que de fato está previsto em lei. E ao analisar os objetos selecionados por esta pesquisa, observou-se que apenas as reportagens do G1 apresentavam argumentos que justificavam claramente a ilegalidade dos atos de intervenção militar para destituir o governo.

Entretanto, verificou-se que as reportagens, mesmo sem apresentar argumentos contrários à ideia de intervenção, expressavam nos textos, legendas de imagens ou em vídeos termos que desqualificavam ou indicavam que os protestos favoráveis ao retorno dos militares ao poder eram manifestações isoladas e destoantes com as demais reivindicações que surgiram nos eventos.

E por se tratar de produtos veiculados na web, as reportagens analisadas utilizam dos recursos proporcionados pela plataforma, tais como vídeos, infográficos, hiperlinks e galeria de imagens, além do texto, para apresentar o tema. Destacam-se aqui as reportagens do G1, que apresentam em vídeos e texto informações que justificam de forma clara a inconstitucionalidade da intervenção militar; enquanto as reportagens do Uol apresentam galerias e hiperlinks e as da Folha de S. Paulo um vídeo e infográfico (além dos textos) para noticiarem o assunto.

No entanto, considerou-se que o tema foi pouco aprofundado pelas reportagens - uma vez que a internet disponibiliza espaço ilimitado para produção de conteúdo - principalmente ao levar em conta que a data dos protestos marca os 30 anos de redemocratização do Brasil após um período de 21 anos de regime militar.

Trazer à luz temas como intervenção militar – quando há movimentos que reclamam por essa iniciativa - em tempos de crise política é importante e necessário. Torna-se mais essencial a contextualização desse assunto, apresentando informações sobre como a intervenção armada é vista aos olhos da constituição e o que o período ditatorial representou para o país. Pode-se considerar que essa é uma responsabilidade dos profissionais de jornalismo, visto que uma das primeiras vítimas em uma ditadura militar é a liberdade de expressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.** São Paulo: Publifolha, 2008.
- BARBOSA, Suzana. **Jornalismo Digital de Terceira Geração.** Covilhã: Labcom, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília: Senado Federal, 2010.
- CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada.** Biblioteca On-line de Ciências da Computação, 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013
- DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005.
- ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo. Redação, captação e edição no jornal diário.** São Paulo: Ática. 2003.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: UnB, 2001.
- HUDEC, Vladimir. **O que é Jornalismo.** Lisboa: Caminho, 1980.
- KOVACH, B. e ROSENTIEL, T. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir.** São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia.** São Paulo: Editora Ática, 1998.
- LEITÃO, Aline. **Novos modos de fazer jornalismo: um estudo dos blogues itevaldo.com e zemaribeiro.blogspot.com.** Biblioteca On-line de Ciências da Computação, 2011. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/leitao-aline-novos-modos-de-fazer-jornalismo.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015
- MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político.** São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MIELNICZUK, Luciana. **Características e Implicações do Jornalismo na WEB**, trabalho apresentado no II Congresso da SOPCOM, Lisboa, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto,

SCHMITZ, Aldo Antônio. **Fonte de Notícias: ações estratégicas das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SEABRA, Roberto e SOUSA, Vivaldo de. **Jornalismo Político: Teoria, História e Técnicas**. Rio de Janeiro: Editoria Record, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: volume I – Porque as Notícias São Como São**. Florianópolis: Insular, 2ª Edição , 2006.

WEBER, Carolina Teixeira. **Gatekeeper e gatwatching: repensando a função de selecionador no webjornalismo**. In: Intercom Sul 2010 – XXI Congresso de ciências da comunicação na Região Sul, 05, 2010, Nova Hamburgo.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 2ª ed. Lisboa: Editora Presença, 1992.